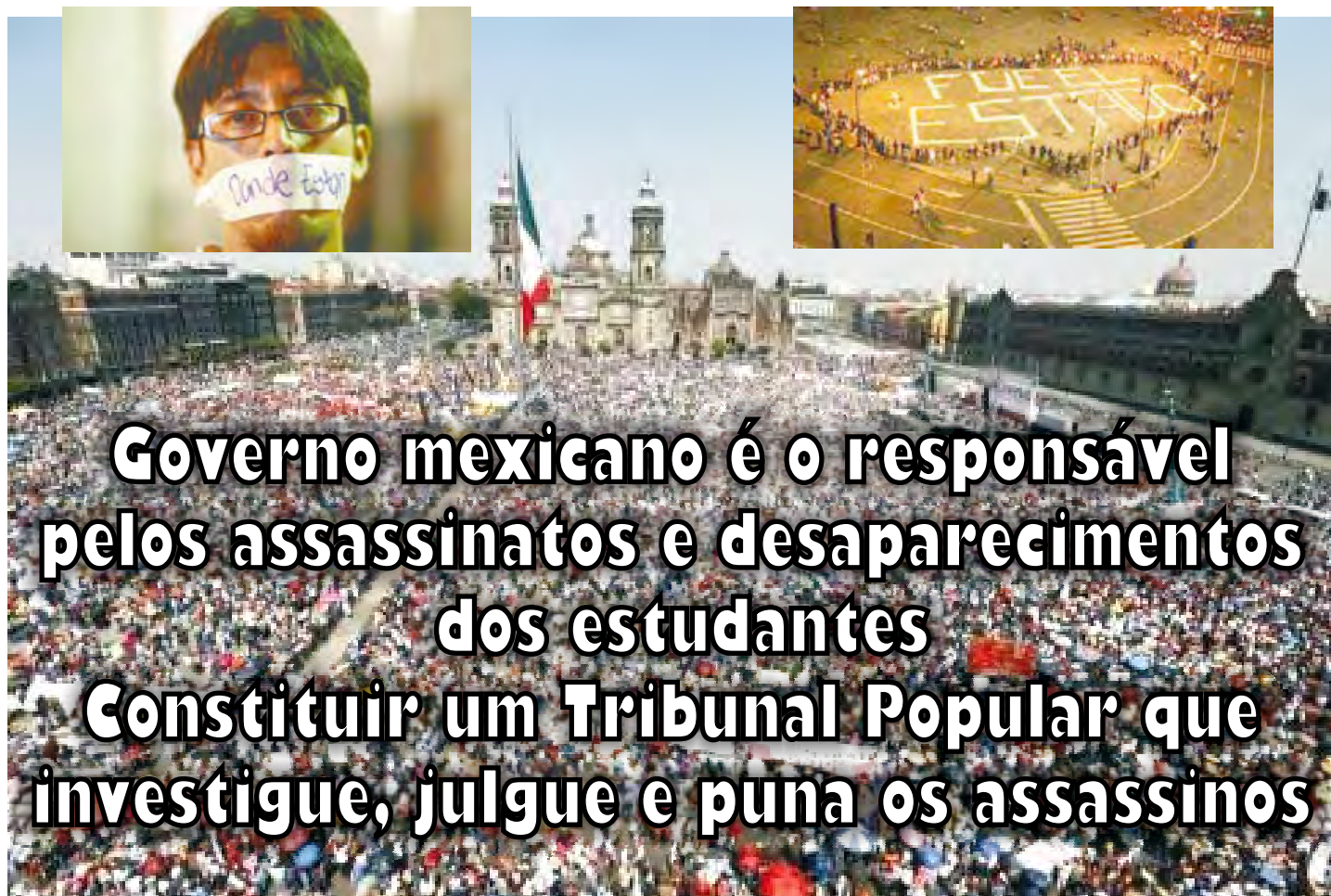




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 25 - Nº 488 - DE 16 A 30 DE NOVEMBRO DE 2014 - R\$ 3,00



**Governo mexicano é o responsável
pelos assassinatos e desaparecimentos
dos estudantes**

**Constituir um Tribunal Popular que
investigue, julgue e puna os assassinos**

**Dilma fará um governo de crise
Por em pé os organismos de massa!
Organizar a frente única de
resistência aos ataques capitalistas!
Oposição revolucionária a Dilma**

Dilma fará um governo de crise Por em pé os organismos de massa! Organizar a frente única de resistência aos ataques capitalistas!

Dilma Rousseff terá de se sujeitar às exigências do capital financeiro. O mais provável é que estará mais próxima do programa econômico do PSDB do que do PT. A discussão sobre quem deve ser o ministro da Fazenda indica essa tendência. Basta a cogitação do nome de Henrique Meireles, ex-presidente do Banco Central no governo de Lula e homem ligado aos banqueiros, para se ter a noção do que se passa na cúpula dos governistas. Trata-se do sinal de que o novo governo se voltará para um aperto fiscal. Diretriz que sempre abjurou por ser “neoliberal”.

Desde que a crise explodiu em meados de 2008, aumentaram as pressões dos financistas internos e externos para que se reequilibrem as contas do Tesouro, cortando subsídios, reduzindo gastos com serviços sociais, mutilando a previdência, modificando os critérios de reajuste do salário mínimo para pior e canalizando os recursos de acordo com as condições da dívida pública. O orçamento dos próximos anos será o ponto para onde convergirão os distintos interesses da burguesia e de onde explodirão os antagonismos. Ainda não começou formalmente o segundo mandato e o governo enviou ao congresso um projeto de lei que altera a legislação anterior que obriga o Tesouro cumprir a meta de superávit primário. Foi o reconhecimento que não tem como atingir o fixado (superávit de R\$ 116 bilhões).

Dilma, premiada pela disputa eleitoral com Aécio, se viu obrigada a prometer aos capitalistas uma mudança de rumo da política econômica. As chamadas medidas “anticíclicas”, que destinavam recursos para determinados setores industriais (automotivo, linha branca, têxtil, construção civil), deve ficar para trás. Acima de tudo está o capital financeiro, do qual toda

a economia depende. Assim funciona o capitalismo na época dos monopólios internacionais e do domínio do capital financeiro (parasitário).

Nesse mesmo sentido, o imperialismo exige mudanças na política exterior do País. Para os critérios das potências, não é mais tolerável medidas como as de “produção nacional”. Acordos do tipo “Inovar-Auto” que determina um índice de produção interna para a multinacional se beneficiar da renúncia fiscal são questionados. Os seus limites estão dados pela crise mundial de superprodução. Sendo do interesse das matrizes exportarem suas mercadorias, não há porque o Brasil obstaculizar a concorrência, mesmo que a proteção esteja direcionada em favor das próprias multinacionais.

As forças produtivas no seio das potências estão agigantadas e bloqueadas. Não têm como se sustentar a não ser abrindo os mercados das semicolônias. Ao mesmo tempo, os monopólios industriais são empurrados a explorar a força de trabalho em outras latitudes, extrapolando as fronteiras nacionais.

O imperialismo, com os Estados Unidos à frente, se torna mais agressivo e voraz na situação de crise geral do sistema capitalista. Desencadeou um movimento de força para romper o que resta de protecionismo semicolonial. A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi posta de lado. Ações como a Rodada de Doha fracassaram. As ilusões em torno da existência de uma ordem mundial multilateral alimentada no pós-guerra já não têm como ser mantida. Lula se apoiou em grande medida nessas ilusões, fazendo crer que o Brasil finalmente havia alcançado uma política exterior independente e ativa. Bastou a economia mundial se desacelerar e iniciar um processo reverso ao do impulso atingido pelo comércio internacional para

se voltar à dura realidade. Nenhum país semicolonial, por mais que tenha se desenvolvido, pode interferir na condução da economia mundial e não tem como defender os interesses nacionais por meio de supostas relações multilaterais.

Obama aproveitou a formação de um novo governo de Dilma para anunciar sua disposição de superar o conflito da espionagem. E a presidente se mostrou receptiva. Ou mais precisamente, teve de ser receptiva. A sua governabilidade depende de se apoiar no imperialismo. Não há vislumbre de contenção da crise e de abertura de uma nova fase de crescimento mundial. A economia brasileira entrou em declínio e velhos desequilíbrios “macroeconômicos”, típicos de países semicoloniais, voltaram e poderão se potencializar no próximo período. As novas condições determinadas pelas dificuldades das potências retomarem o crescimento e a queda geral do mercado internacional colocam o retorno da ingerência direta do imperialismo na política econômica das semicolônias. O governo Dilma será instado a alinhar o Brasil por detrás dos interesses dos Estados Unidos.

As disputas interburguesas que polarizaram as eleições estão condicionadas pela evolução dos desequilíbrios internos e pela ofensiva do imperialismo no sentido de submeter o Brasil a acordos ditados pela Casa Branca. Há um conflito em andamento entre os Estados Unidos e China e Rússia, cuja restauração integral do capitalismo implica que se submetam sem atenuantes ao imperialismo, como ocorre com todas as semicolônias. Obama quer que o Brasil deixe de posar de independente e faça parte da tropa de choque internacional voltada a curvar a China e Rússia.

Dilma padeceu de reveses no Con-

gresso Nacional em seu primeiro mandato que expuseram a fratura da base aliada. A nova composição parlamentar será mais adversa ainda no segundo. A burguesia está pronta para voltar à ofensiva: 1) aprovar a lei que regulamenta a terceirização; 2) aprovar novas normas sobre a demarcação de terras indígenas que protejam os exploradores; 3) a previdência e o salário mínimo poderão ser objeto de revisão contrária aos interesses de milhões de trabalhadores e aposentados; 4) a anunciada reforma política exigirá dos partidos burgueses e do governo um acordo de base, que implique novas cláusulas de barreira antidemocráticas.

O PT e a seu braço sindical tudo farão para manter a classe operária submetida à política burguesa. Redobrarão seus esforços para que confie no Congresso Nacional e assim renuncie à luta coletiva. Estando no poder, partilham da repressão aos movimentos, como ocorreu em junho de 2013. Tudo indica que o governo terá de enfrentar novas jornadas de luta, que pode desta vez ter a classe operária à frente. As demissões em massa e o confisco salarial via inflação não serão impostos sem que haja resistência dos explorados. O movimento terá de responder à repressão judicial e policial, que tende a se ampliar e intensificar. As bandeiras da democracia política deverão ser levantadas no interior dos movimentos. Os comitês de luta contra a repressão que recém começaram a se formar em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná deverão ser impulsionados na forma de frente única e da democracia operária.

É decisiva a caracterização do governo de Dilma como burguês, de forma a desenvolver a bandeira de Oposição Revolucionária e o trabalho no seio dos explorados pela sua independência política. As massas terão de responder com a ação direta aos ataques da burguesia e do governo. O que permitirá levantar as reivindicações que potenciem a Oposição Revolucionária e que coloquem a necessidade da frente única anti-imperialista.

Por onde o PSDB pode investir contra o governo de Dilma

Aécio Neves centrou sua campanha eleitoral no escândalo de corrupção da Petrobrás. Arregimentou a grande maioria da classe média. Sobre essa base, alinhou por trás de sua candidatura a direita e a ultradireita. Não admitiu a derrota. Contestou na Justiça o resultado das eleições. E incentivou a bandeira do “impeachment”.

O PSDB não está unido, pelo menos por enquanto, em torno dessa estratégia política. Fernando Henrique Cardoso deixou transparecer sua preocupação com os rumos da crise, aconselhando seus partidários a não apoiarem o pedido de “impeachment”. Segundo informações jornalísticas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, está de acordo com Fernando Henrique Cardoso. Parece que o senador Aluísio Nunes (PSDB-SP), por sua vez, está mais propenso a fortalecer a ofensiva de Aécio contra Dilma Rousseff.

A manifestação ocorrida em São Paulo, na qual se levantou a bandeira de volta dos militares, não contou com o apoio do PSDB, que sabe perfeitamente que não há possibilidades conjunturais de intervenção militar e nem é de seu interesse político. Se há algo a fazer contra Dilma, é o “impeachment”, que seria uma ação por meio do Congresso Nacional, com o consentimento das demais instituições do Estado burguês e com o apoio ativo da classe média. Esse recurso, no entanto, está apenas no plano da propaganda oposicionista, não há um alinhamento partidário que o sustente concretamente.

O escândalo da Petrobrás continua sendo o calcanhar de Aquiles do governo petista. Sem dúvida, a crise econômica está na base do enfraquecimento dos governistas. Mas não é, no momento, o ponto de apoio dos ataques do PSDB. O episódio da mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentada para a apreciação do Congresso, voltada a ajustar a legislação sobre o critério do superávit primário, certamente, demonstra que o PSDB procurará colocar Dilma contra a parede nas questões econômicas.

O fundamental, na situação pós-eleitoral, se concentra no esforço da oposição de demonstrar que Lula e Dilma estão comprometidos com as fraudes e desvios de bilhões de reais da Petrobrás. A Polícia Federal ganhou força política para tomar iniciativa de grandes proporções. Prendeu importantes executivos das maiores empreiteiras. Tem sob sua guarda nomes de influentes políticos ligados ao PMDB e PT, principalmente. O escândalo se internacionalizou, cujas investigações foram parar nos Estados Unidos, interessados na privatização da empresa.

A denúncia contra o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, é o estopim de uma bomba que poderá estourar no coração do PT. Aécio, referindo-se ao mensalão, aproveitou para dizer que a fraude na Petrobrás é a maior que já se descobriu no País. O PT e seu governo não tiveram e parece que não terão como demonstrar que nada têm a ver com o caso. As empreiteiras contribuíram nesta campanha eleitoral com R\$ 180 milhões, boa parte foi para a candidatura de Dilma. Evidentemente, o PSDB também foi super agraciado.

É por essa via que está se desenvolvendo a crise política. É continuação do mensalão. Os petistas nunca estiveram tão prensados e tão fragilizados. Precisam estancar a crise da Petrobrás, para que esta não dê bases para Aécio progredir em sua campanha de “impeachment”. Aqui reside o problema, a CUT e seus sindicatos já começaram a pleitear que os trabalhadores saiam em defesa do governo do PT, sob o argumento de que deve prevalecer a democracia. Esse chamado implica que os explorados não se levanten contra a burguesia e o governo em defesa de suas reivindicações.

O POR rechaça a manobra da burocracia, que tem estatizado as organizações sindicais e as submetidas à política de conciliação de classe. Trata-se de levantar uma plataforma de reivindicações que unifique nacionalmente operários e camponeses. Não se pode enfrentar o avanço da direita burguesa sem combater no campo da independência de classe a política do PT de subserviência ao Estado burguês e à ditadura de classe dos capitalistas.

Como responder à direita

A CUT e MTST convocaram um ato em resposta à direita que, no dia 1º de novembro, na Av. Paulista, levantou a bandeira de “impeachment” e exortou a intervenção militar. Como reflexo da apertada derrota eleitoral de Aécio Neves e da contestação pelo PSDB da vitória de Dilma, grupos direitistas procuraram iniciar um movimento contrário à posse da presidente reeleita. Reuniram pouco mais de duas mil pessoas.

Imediatamente, Aécio Neves desautorizou vincular seu nome à bandeira de intervenção militar, sem contudo rechaçar a do “impeachment”. Sabe-se perfeitamente que o PSDB esteve envolvido na manifestação, cuja figura mais notória foi a do músico Lobão. O objetivo era o de lançar um balão de ensaio do “impeachment”. Aécio Neves e importantes dirigentes do PSDB têm insistido que a vitória de Dilma resultou de um “estelionato eleitoral”, promovido pelo desvio de dinheiro da Petrobrás e por uma suposta fraude nas urnas eletrônicas. No entanto, compareceram os mais direitistas, que com destemor levantaram o cartaz de “Intervenção Militar Já”. Eram policiais, investigadores e políticos de tendência fascista como Eduardo Bolsonaro (PSC), que fez um discurso incendiário contra Dilma Rousseff, ao ponto de sem mais nem menos dizer que se seu pai, o arquidireitista deputado federal Jair Bolsonaro fosse candidato a presidente, teria fuzilado Dilma.

Lobão procurou justificar que o ato não era golpista e que tinha por objetivo uma “contabilização dos votos”. Por mais que o PSDB tenha procurado caracterizar o ato direitista como espontâneo, sem a participação de partidos, reflexo da “indignação” resultante das eleições, sua marca esteve presente. O PT acusou a manifestação de golpista, mas a considerou “um ponto fora da curva”, no dizer de José Américo. A instrução da direção petista foi de ignorá-la.

O ato da direita fracassou completamente: reuniu uma mixaria, a bandeira de golpe militar não tem conexão com a situação política e o balão de ensaio peessedebista de “impeachment” não teve como se levantar. No entanto, indica a potenciação da crise política, que despontou no período eleitoral. O alarde de que está em marcha um golpe dado por algumas vozes da esquerda não corresponde a reais forças sociais em confronto.

A manifestação convocada pela CUT/MTST não visa de fato a se contrapor a um golpe. Nas fileiras petistas, palpita o receio de uma imediata crise política, uma vez que se agrava a situação econômica do País. Na CUT, há a preocupação de como se comportar diante do novo governo que acaba de apoiar. É previsível que Dilma terá se aliar aos capitalistas em seu ataque aos empregos e salários.

A bandeira do ato do dia 13 de novembro de “Contra a direita e por mais direitos” reflete a ausência de um claro norte. Quer dizer: Dilma estamos aqui para defender o seu e nosso governo, mas também para lhe mostrar que é preciso nos socorrer atendendo alguns de nossos reclamos. Eis o que declarou o presidente da CUT, Vagner Freitas: “Queremos que o governo olhe para a gente, queremos a diminuição da jornada de trabalho, o fim do fator previdenciário.” O carneirinho receia que seu governo continue com as costas viradas. Há muito se encontram engavetados no Congresso os projetos de redução da jornada para 40 horas e fim do fator previdenciário. Dilma não se referiu

à jornada nas eleições, mas não economizou palavras quanto ao fator previdenciário.

Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), discursou: “Se cortar o investimento social, se cortar Minha Casa Minha Vida, se cortar direitos dos trabalhadores, o ano que vem vai parar.” O caudilho populista entende que as eleições traçaram ao novo governo um caminho de reformas populares e que Dilma não pode deixar de trilhá-lo com pena de “o governo no ano que vem ter um ano vermelho, um ano de lutas (...)”. O roubo de Boulos é de quem tem ilusões eleitorais e faz de conta que não auxiliou a constituir um “novo” governo burguês.

Os reformistas não podem admitir que fazem parte da política burguesa de esquerda em nome da luta contra a direita. No entanto, perante a classe operária e o campesinato, a esquerda e a direita burguesas cumprem a função de preservar o capitalismo e de proteger os interesses gerais da burguesia.

O alinhamento das direções sindicais, do movimento camponês e popular por detrás da esquerda burguesa compromete a independência de classe dos explorados e impossibilita ao proletariado encarnar a luta das massas contra a direita burguesa com suas reivindicações e métodos próprios de luta. A noção de que os movimentos sociais elegeram um “governo popular” em detrimento de um governo antipopular oculta o conteúdo burguês do tal do “governo de esquerda”. Lembramos que foi o “governo popular” de Lula que criou a “Força de Segurança Nacional Pública”, voltada a intervir na luta de classes em favor dos capitalistas. Assim, o PT contribuiu para fortalecer a ditadura de classe da burguesia, que não é possível sem um poderoso aparato militar-policial.

Observamos que o PT estava mais à esquerda ontem que hoje e estará mais à direita amanhã. Esse fenômeno reflete os antagonismos entre o proletariado e a burguesia, condiz com a luta de classes. Entre o PT e PSDB, não há antagonismo de classe, mas de frações burguesas no seio do Estado. As diferenças entre esquerda e direita burguesa existem, são importantes e devem ser compreendidas para efeito de tática, que deve sempre estar condicionada à estratégia da revolução proletária. Não se pode derrotar a ofensiva da direita burguesa apoiando a constituição de um governo burguês de esquerda (falsamente chamado de popular). Somente a classe operária com seu programa e com sua política própria pode barrar a ofensiva da direita. Em luta contra a direita burguesa, estará reunindo forças para conquistar o poder.

A direita burguesa se assenta nos monopólios, nos latifúndios e no capital financeiro. Derrotá-la significa destruir seu poder econômico e militar. Não será com atos decorrentes das disputas interburguesas e dos resultados eleitorais que se combaterá o golpismo do PSDB. É flagrante a hipocrisia dos dirigentes da CUT e do MTST. O governo Dilma já deu mostras de que governa para os capitalistas. Mesmo assim contou com apoio das organizações sindicais, do MST, etc.

É passada a hora do movimento operário, camponês e popular se emancipar da política burguesa de esquerda e assumir a política revolucionária, anticapitalista e anti-imperialista. A tarefa consiste em constituir uma frente única de combate pelas reivindicações das massas, pelas liberdades política e pelo programa estratégico.

Balanço das eleições no 2º turno em Rondônia

A disputa do segundo turno das eleições no estado de Rondônia se deu de forma semelhante à disputa para presidente da república.

De um lado, Confúcio Moura/PMDB, que se apresentava como homem de vida limpa, fiel militante do PMDB desde 1983, começando em cargo eletivo no ano de 1995 e que apoiava Dilma desde o primeiro turno. Do outro lado, Expedito Junior começando a vida pública em 1984, como vereador da cidade de Rolim de Moura, passando por vários cargos públicos e defendendo desde o primeiro turno o candidato do PSDB, Aécio Neves. Em 2006, Expedito se elegeu senador pelo PPS, mas teve o mandato cassado em 2009 pelo STF em razão da compra de votos durante as eleições; em 2010, sua candidatura foi negada em função do caso anterior e não pôde concorrer a governador.

Na campanha do 2º turno, as farpas voaram entre os dois candidatos e os palanques foram palco de exposição de provocações e acusações. De um lado, denunciava-se a corrupção de Expedito; de outro, falava-se do não cumprimento das promessas assumidas por Confúcio Moura no mandato de 2010 a 2014.

Por deter atualmente a máquina estatal, Confúcio Moura arregimentou com toda força a ala de servidores da saúde, que defenderam sua campanha neste período. Conseguiu se reeleger com uma diferença pequena em relação a Expedito, obteve no total de votos válidos o percentual de 53,43% dos votos. Recebeu apoio do PT, PDT e PSOL, no segundo turno, contra Expedito Junior/PSDB, que alcançou 46,57% dos votos válidos.

Em 2010, Confúcio se elegeu a governador do estado também no segundo turno, com 58,68% dos votos válidos, contra 41,32% do então governador João Cahulla (PPS). Com a reeleição confirmada, Confúcio buscou posar de “bom moço” e amigo de todos, afirmando que: “De hoje em diante, não interessa o que foi dito,

o que foi falado e o que foi publicado. Agora é uma vida nova. Muita responsabilidade pela frente. Vou cumprir os compromissos que assumi publicamente. Não tenho o que falar de ninguém, mágoa nenhuma. Vamos começar uma vida nova, um governo de Rondônia voltado para o futuro”.

Como se vê, nas disputas eleitorais, as frações burguesas disputam espaços de acordo com as diferentes grupos capitalistas que representam. Passadas as eleições, todas as frações lutam para preservar o capitalismo e, na necessidade de se opor aos oprimidos, todas as diferenças entre as frações são ofuscadas.

Não tanto surpreendente, mas ainda assim escandaloso para um “partido de esquerda”, o PSOL resolveu, como o PT e o PDT, apoiar a candidatura do oligarca do PMDB, Confúcio Moura. Houve reunião, abraços e chamado ao voto nesse segundo turno. Nada mais natural, diante da postura nacional do partido, que permitiu que seus parlamentares subissem nos palanques Dilma/Temer nesse segundo turno. Embora pequeno e quase sem militância, o PSOL se confirma no estado como mais um partido eleitoral, que atua segundo as conveniências do quadro “eleitoral”.

No Estado de Rondônia, como nos demais estados do país, o Partido Operário Revolucionário reafirmou a posição da defesa do **Voto Nulo**, chamando as massas exploradas, a juventude, os estudantes, os camponeses e os trabalhadores para ajudar a construir a seção brasileira do Partido Mundial da Revolução Socialista, o Partido Programa da classe operária revolucionária, o único partido capaz de defender as massas no atendimento às suas necessidades vitais e levantar a bandeira da revolução social, único meio de acabar com a democracia dos capitalistas, a democracia representativa burguesa, a ditadura de classe dos exploradores contra os explorados.

Encontro Operário de novembro

Foi realizado, no dia 7 de novembro, o Encontro Operário em São Paulo. Avaliou-se a distribuição do Boletim Nossa Classe e a ocupação da fábrica Tecnometal. Discutiu-se, também, o balanço eleitoral e a conduta da burocracia sindical. Publicamos abaixo os principais pontos:

Posição das direções sindicais diante das eleições presidenciais

1. As eleições são um momento que evidenciam a dependência política das direções sindicais diante dos partidos da burguesia e do Estado. Por detrás das candidaturas de Dilma Rousseff e Aécio Neves perfilarão as principais Centrais sindicais e seus respectivos sindicatos. A CUT, CTB, etc. estiveram com Dilma. A Força Sindical e congêneres, com Aécio. Assim, excetuando a CSP-Conlutas, as demais Centrais se alinharam à disputa interburguesa entre a coligação do PT e a do PSDB. Contribuíram para acirrar a polarização político-eleitoral e arrastar os explorados a decidirem nas urnas se Dilma continuaria a governar ou se cederia o posto presidencial a Aécio. Nota-se que os partidos da burguesia utilizam-se das direções sindicais para insuflar ilusões democráticas na população e ocultar os reais objetivos de dominação de classe.
2. A CUT e seus sindicatos, dentre eles o poderoso Sindicato Metalúrgico do ABC, fizeram uma ampla campanha por Dil-

ma, dizendo para os operários que o que estava em questão eram dois projetos distintos e irreconciliáveis. Respectivamente, o do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e o de concentração baseado no capital financeiro; o de aliança com os trabalhadores e o que privilegia o empresariado. Portanto, o voto em Dilma seria um “voto de classe”, como estampou o Jornal a Tribuna Metalúrgica do ABC. A propaganda eleitoral de que a vitória de Dilma seria a vitória de um governo apoiado nos trabalhadores e a de Aécio seria apoiado no empresariado constituiu uma flagrante falsificação do caráter de classe do governo a ser eleito. Tanto Dilma quanto Aécio constituiriam um governo burguês. Esse conteúdo de classe é comum aos dois candidatos e aos partidos que os sustentam. A distinção está em que o governo de Dilma é um governo apoiado por uma fração majoritária dos sindicatos e dos movimentos, como o MST, MTST, etc. Aécio não teria uma base tão ampla. A

Força Sindical, sem dúvida, não teria como cobrir o rosto burguês de um governo do PSDB com a máscara operária e popular. Outros traços distintivos como o de orientar a política econômica e orçamentária não suprime o conteúdo burguês do governo petista. Não é porque o governo de Dilma atende mais os interesses de um setor da burguesia de que de outro que o tornaria menos burguês que um governo de Aécio. Não é porque o governo petista é mais magnânimo usando mais amplamente o assistencialismo do que seria o do peessedebista que estaria contrariando os negócios da burguesia e amenizando a exploração capitalista do trabalho. Não se trata de uma observação abstrata. Durante os governos de Lula e Dilma, os capitalistas ganharam muito e aumentaram a concentração de suas propriedades, sem exceção. Os pobres e miseráveis continuaram explorados e oprimidos. O reformismo necessita de obscurecer a divisão de classes e a exploração. Essa tem sido a função do PT na política burguesa. Os ideólogos da CUT e sindicatos mascaram a defesa do capitalismo e a sua própria subserviência à burguesia.

3. O alinhamento da burocracia sindical com os dois candidatos mostrou o elevado grau de estatização das organizações operárias. O que quer dizer que sob a direção da casta parasitária deixam de ser instrumentos da classe operária e passam a ser correia de transmissão da política burguesa que emana do Estado e dos governos. A integração dos sindicatos no Estado burguês corresponde ao capitalismo da época imperialista, ou seja, do predomínio dos monopólios e do capital financeiro. Trata-se de um fenômeno generalizado. O Brasil é de capitalismo atrasado e semicolonial, portanto, condicionado pelo imperialismo. Os ramos fundamentais de sua economia estão altamente concentrados, nos quais pesam decisivamente os monopólios internacionais. Aí está a base material de impulso e de sustentação da estatização dos sindicatos, consequentemente da criação de uma vasta burocracia sindical pró-capitalista. Está aí por que o desenvolvimento político do país comportou a constituição de um PT assentado nos sindicatos. Inicialmente, a CUT se pronunciou pela autonomia em relação aos partidos políticos, mas assim que o PT se viabilizou como instrumento para formar um governo burguês, se revelou completamente dependente e subserviente. Uma vez o PT no poder do Estado, a burocracia sindical o confunde com um governo identificado com os explorados. Essa fraude serve à estatização dos sindicatos, da qual a burocracia tira proveitos. Instituiu-se como uma força mediadora entre o Estado e o grande capital nacional e internacional. Arvorase como negociadora entre os capitalistas e a classe operária e entre o governo e as duas classes antagônicas. Nessa relação de poder é que a burocracia sindical exerce a função de conciliação de classes, cuja traição à classe operária se pode ocultar. Uma derrota de Dilma para Aécio introduziria modificações nesse quadro instituído pelo governo petista de aliança com o PMDB, PDT, etc. Está aí por que a burocracia cutista viu-se à beira do abismo e a forçista se elevando para o céu. Os cutistas beiraram ao desespero, lançaram-se de corpo e alma para evitar a derrota de Dilma, mentindo descaradamente de que se tratava da preservação de um

governo de aliança com os trabalhadores. A estatização dos sindicatos permite à burocracia exercer um papel ativo na política burguesa. Para isso, o governo de Dilma favorece a estatização como sendo parte da democracia de Estado. Caso Aécio vencesse, a estatização teria de sofrer mudanças e ajustes, o que revelaria seu fundamento político burguês e sua função autoritária. A burocracia, na realidade, trabalhou para garantir a estatização tal qual se configurou no governo de Lula.

4. É preciso considerar ainda o lugar dos sindicatos dirigidos pelas correntes de esquerda, que se resume na CSP-Conlutas e na Intersindical. A primeira é dirigida pelo PSTU; a segunda, pelo PSOL. O PCB está entre as duas organizações sindicais - Intersindical e Conlutas. A esquerda sindical apregoa a independência diante dos partidos da burguesia. No entanto, nenhuma destas correntes está constituída sobre o programa da revolução social, cuja estratégia é a da ditadura de classe do proletariado. Formalmente, a Conlutas e a Intersindical são independentes do Estado, mas em certa medida expressam o grau de estatização dos sindicatos. Não por acaso, o principal sindicato da Conlutas – o metalúrgico de São José dos Campos – tem assinado acordos de flexibilização do trabalho, que resultam das pressões das multinacionais do setor automotivo. No plano das eleições, também observamos esse mesmo fenômeno contraditório. Isso porque comparecem adaptados em certa medida ao democratismo burguês, evidentemente mais o PSOL que o PSTU. O reformismo (PSOL) e o centrismo (PSTU) são duas variantes da política pequeno-burguesa. Não tinham, portanto, como se distinguirem no campo eleitoral da burguesia com a estratégia revolucionária, que de fato o PSOL e PSTU não as tem. O PSTU formalmente declara que tem em seu “programa” a ditadura do proletariado, mas se nega a defendê-la em nome da tática eleitoral. A adaptação do PSTU ao democratismo foi mais a fundo nestas eleições, ao ponto de retirar a bandeira “Contra burguês, vote 16”. Mesmo assim, não serviu de canal de expressão de uma fração da classe operária e demais oprimidos. O que indica que sua influência sindical de esquerda não se converte em manifestação eleitoral. Ao não intervir partidariamente com a estratégia revolucionária no movimento sindical, o PSTU não pode ser identificado pela classe operária como um partido completamente distinto dos partidos da burguesia. No primeiro turno, diluiu suas candidaturas sob bandeiras economicistas, democratizantes e de direitos civis. Não pôde sequer se distinguir do PSOL, a não ser em alguns aspectos particulares que o colocavam mais à esquerda. O fato é que os sindicatos dirigidos pelas esquerdas não puderam traçar uma linha divisória em relação ao estatismo materializado na política do PT. No segundo turno, o PSTU decidiu formalmente pelo voto nulo. O que quer dizer que apenas fez gestos declaratórios sem nenhum valor prático. O PSOL decidiu pelo voto em Dilma, apesar de admitir o voto nulo e branco. A Intersindical se colocou no mesmo terreno da CUT. As eleições polarizadas serviram para que as esquerdas explicitassem a tática partidária democratizante. Sob essa direção, os sindicatos não têm como romper a tendência de estatização na época imperialista.

5. É fundamental que se diga com clareza que os explorados foram arrastados pela política burguesa do PT e do PSDB. Serviram de instrumentos para manter o governo burguês de Dilma e para fortalecer a oposição reacionária de Aécio. Não se pode desenvolver uma política de independência de classe do proletariado sem que tenha por guia a estratégia revolucionária e a tática correspondente. Em síntese, essa é a grande lição que resta das eleições de outubro. O problema agora é o de como enfrentar o novo governo burguês do PT e a continuidade da disputa interburguesa pelo Estado, encabeçada pelo PSDB. Os petistas mantêm em pé a armadilha de que se trata de uma disputa entre a “esquerda e a direita”, entre dois “projetos”. Está prevista uma crise de governabilidade. Dilma antecipa propondo ao PSDB a reconciliação. O PSDB responde que fará oposição acirrada, mas que está disposto a discutir com o governo medidas concretas. A questão em aberto é até que ponto a crise econômica ampliará os choques interburgueses no seio do Estado. Não é do interesse geral da burguesia e do imperialismo que haja uma crise de governabilidade. O PT esteve a seu serviço em três mandatos, os dois primeiros

de Lula são avaliados como extremamente positivos para a acumulação de capital. A burocracia sindical continua a ter um importante papel nas dissensões em torno da política econômica. Sua função será a de trabalhar para que a rachadura que se apresentou nas eleições não se amplie e que o governo de Dilma não perca a capacidade de dirigir o Estado. Já existem vozes favoráveis a uma frente de esquerda de apoio ao governo de Dilma, que serviria para pressionar o PSDB às negociações. O fantasma do golpismo comparece como um espantinho à radicalização entre a aliança governamental do PT e a aliança oposicionista do PSDB. É necessário desmascarar as manobras já identificadas e as que virão no sentido de que os explorados devem servir de base de sustentação da governabilidade burguesa de Dilma. Não pode haver dúvidas de que o novo governo terá de endurecer sua política em relação à maioria oprimida. A burguesia, de uma forma ou de outra, ditará o endurecimento. É necessário levantar alto a bandeira de oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma e constituição da frente única de luta pelas reivindicações dos explorados sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Responder prontamente às demissões

A indústria automotiva demitiu em um ano 12.637 metalúrgicos. Equivale a 2,8% dos postos de trabalho, segundo o IBGE. Segundo informações, o setor de autopeças prevê o corte de 19 mil empregos neste ano. Caso continue a retração do mercado, o quadro pode piorar ainda mais. Estima-se que há um estoque de mais de 400 mil veículos, correspondendo a 40 dias de venda.

As suspensões temporárias de trabalhadores (lay off) chegaram a até cinco meses. Caso não se aplicasse tal medida, as demissões explodiriam. Eis por que o lay off é apresentado pela burocracia sindical como a salvação, não importando que assim os explorados subsidiam as poderosas multinacionais com o dinheiro do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT). Esse mecanismo, no entanto, não faz senão adiar cortes devastadores.

A crise de superprodução é mundial. Especialmente, o setor automobilístico está na ponta da linha. O sindicato metalúrgico e as montadoras querem que o governo copie o “modelo alemão”, que permite um lay off por dois anos. Evidentemente, os afastados passam a receber um salário bem menor.

Segundo o presidente do sindicato metalúrgico do ABC, Rafael Marques, Dilma Rousseff considera o projeto “Programa de Proteção ao Emprego” uma saída para preservar a colaboração entre capital e trabalho. Por sua vez, o presidente do sindicato patronal (Anfavea), Luis Moan, defende a “flexibilização das regras atuais”. É bem provável que os burocratas da CUT e os representantes das multinacionais estão confeccionando mudanças mais amplas que um lay off prolongado.

À primeira vista, a “flexibilização” é atrativa para os metalúrgicos. O raciocínio é simples: é melhor estar afastado com um salário menor do que perder definitivamente o emprego. A burocracia bate na tecla de que a única forma de preservar os empregos é a de um acordo negociado sobre a base da “flexibilização”. É com essa aprovação que a burocracia sindical conta para auxiliar as multinacionais a enfrentarem a crise de

superprodução, sem terem de se confrontar com os operários.

Os burocratas, a multinacional e o governo ocultam os aspectos negativos do plano de flexibilização. Os explorados como um todo que contribuem para o FAT, no final das contas, arcam com parte dos salários dos metalúrgicos. É claro que os capitalistas não aceitam um afastamento remunerado arcando integralmente com os salários. Nada mais confortável que usar parte dos salários de todos os trabalhadores e os subsídios do Tesouro nacional.

Vimos que as montadoras demitiram milhares e também colocaram milhares em lay off. Os PDVs serviram para mascarar o drama das demissões. Individualizam e esvaziam o caráter coletivo, massivo. Somente a Mercedes pôs na rua 1.200 metalúrgicos pelo PDV. E centenas foram afastados temporariamente. Há 4.000 na condição de lay off em toda indústria automotiva. Concretamente, se pretende transformar essa prática em um “Programa de Proteção ao Emprego”. As multinacionais terão, assim, as mãos livres para enfiar o PDV goela adentro dos operários e afastar temporariamente aquela quantidade que achar necessário.

O certo é que a “flexibilização” serve ao capital e não ao trabalho, como pretende passar a venal burocracia sindical.

Notamos que nada foi feito pelos sindicatos para impedir as 12.637 demissões, mas muito foi feito para propagandear as grandes vantagens do lay off. O afastamento subremunerado foi utilizado como máscara para ocultar uma média de 1.000 demissões por mês. Houve demissão em massa sem nenhuma resposta, sem nenhuma resistência da parte dos sindicatos. Basta essa conduta de colaboração com os capitalistas para se ter uma traição à classe operária.

As demissões no setor metalúrgico são apenas parte de um grande problema, que é o desemprego geral. O governo petista se vangloria da taxa nacional abaixo de 5%. Se comparada com as taxas no governo de Fernando H. Cardoso, há motivo para os burocratas sindicais comemorarem. Mas esse não

é, certamente, o sentimento dos milhões de desempregados e subempregados. Também não é um autêntico sentimento dos empregados que sabem perfeitamente que a qualquer momento passará a fazer parte de uma estatística de desemprego em alta.

É preciso ver mais à frente. A tendência não é de diminuir a taxa de desemprego (sem falar do subemprego), mas de subir. É o que mostram as demissões na indústria. Estima-se que a queda de emprego neste ano será de 2,6% e 2,8%. O mais provável é que a crise capitalista continue avançando no mundo e no Brasil.

A burguesia e o governo não pretendem adotar um “Programa de Proteção ao Emprego”, que cubra todos os ramos da produção e dos serviços. Não haveria um FAT tão gigantesco e fartos subsídios para tantos afastamentos temporários. Trata-se, pelo visto, de uma legislação voltada mais propriamente para os interesses dos monopólios imperialistas. É visível o corporativismo sindical incrustado no ramo automotivo, inteiramente controlado pelas multinacionais. O sindicalismo mais poderoso e mais bem organizado se assenta justamente nos monopólios. Mais poderoso porque controla o setor mais avançado dos explorados por meio de uma aristocracia operária.

O sindicalismo corporativo e estatizante não parte das necessidades gerais dos explorados, pelo contrário, submete-as aos interesses particulares de uma pequena parcela da classe operária bem empregada e mais bem paga. É o que se reflete na tentativa de proteger as multinacionais, em nome da preservação dos empregos, por meio do “Programa de Proteção ao Emprego”.

A ofensiva dos capitalistas contra velhas regulamentações que serviram e servem aos assalariados faz parte da estratégia da “flexibilização”. É o caso da terceirização. Cerca de 26% dos assalariados foram empurrados para esse regime de trabalho. Em números absolutos, são 12 milhões. Por essa via, os salários são rebaixados, se precariza a situação funcional do trabalhador, se burlam direitos trabalhistas e se enfraquece o movimento sindical.

Ocupação e acampamento dos operários da Tecnometal

Os operários da metalúrgica Tecnometal, localizada na região de Campinas, decidiram ocupar a fábrica. A medida decorre do anúncio de demissão de 83% da força de trabalho – de 420 metalúrgicos serão demitidos 350. O capitalista alega que já não tem como continuar com a produção e que seus negócios estão quebrados. Já não estava pagando em dia os salários, a cesta-básica, não depositava o fundo de garantia e havia cortado o convênio odontológico. Os metalúrgicos entraram em greve no dia 31 de outubro. Vendo que o proprietário se movimentava para retirar as máquinas e que manobrava propondo um acordo de pagar o salário atrasado desde que uma parte dos grevistas voltassem ao trabalho e que o sindicato aceitasse as demissões e o parcelamento em 20 vezes do valor da rescisão contratual, não houve outra saída senão transformar o movimento em greve de ocupação de fábrica.

Esse acontecimento é de grande importância para o movi-

O governo do PT e sua burocracia negociam uma lei que regulamente esse brutal ataque aos explorados. Argumentam que é possível se chegar a um ponto de equilíbrio que sirva tanto ao patrão quanto ao empregado. Na realidade, a terceirização é uma medida que resulta em aumento da taxa de exploração e em fragilização das relações de trabalho em detrimento dos assalariados.

Recursos como os do lay off e terceirização são criações das multinacionais. Os monopólios internacionais forçam mudanças trabalhistas nas semicolônias de maneira a se adaptarem às condições da crise capitalista e das contradições que levam à queda da taxa média de lucro.

O peso das multinacionais na economia nacional é gigantesco. O que lhe permite impor ao Estado suas condições de exploração do trabalho. Não lhes é difícil corromper a burocracia sindical e torná-la refém de sua política internacional. A burocracia é desnacionalizada, juntamente com ramos-chaves da produção. É o que explica o empenho dos dirigentes do ABC em copiar formas de relações de trabalho **da Alemanha, que por sua vez resultou da colaboração da burocracia sindical metropolitana com os capitalistas alemães.**

A classe operária pagará com grandes sacrifícios se não se rebelar contra a política servil das direções sindicais. Em algum momento, romperá a camisa de força da colaboração de classes. Poderá ser mais cedo do que podemos prever. Trata-se da vanguarda trabalhar firmemente pelas reivindicações que de fato defendem a vida dos explorados. Começamos por rechaçar integralmente os acordos de flexibilização. A bandeira é: **EMPREGO NÃO SE NEGOCIA, SE DEFENDE COM LUTA!** Em resposta à crise de superprodução e às demissões: **REDUÇÃO DA JORNADA SEM REDUÇÃO DOS SALÁRIOS, ESTABILIDADE NO EMPREGO E ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO! EM DEFESA DAS CONQUISTAS TRABALHISTAS: FIM DA TERCEIRIZAÇÃO, FIM DO LAY OFF SUSTENTADO PELO FAT E PELO TESOURO NACIONAL, FIM DO PDV, FIM DO EMPREGO INFORMAL, OBRIGATORIEDADE E VIGILÂNCIA NA APLICAÇÃO DA LEI!**

mento operário. Mostra o método da ação direta que leva à quebra do direito burguês da propriedade privada dos meios de produção. Ocupar a fábrica é um meio há muito conquistado pelo movimento operário. O problema fundamental da Tecnometal, agora, é a de como superar o isolamento da ocupação.

Mas, os dirigentes sindicais jogaram com a ocupação. Após a reunião do sindicato (Intersindical) com a empresa e a limitar na Justiça do Trabalho, a ocupação foi transformada em acampamento na entrada da fábrica.

O sindicalismo burocrático admite apenas radicalizações pontuais quando não há mais como conter a fúria dos operários. Não pode utilizar o exemplo da ocupação para elevar a consciência de classe do proletariado e fortalecer a sua unidade classista contra a burguesia. A ocupação de fábrica generalizada leva ao controle operário coletivo da produção.

É certo que ainda não há uma comoção geral provocada por demissões em massa, mas já é considerável o processo de fechamento de postos de trabalho no setor industrial. Era para os sindicatos e as centrais estarem desenvolvendo um movimento de defesa dos empregos. O que a burocracia tem feito é negociar os termos das demissões e aceitar medidas como layoff, PDVs, etc. Nota-se, portanto, que a ocupação da fábri-

Operários agrícolas, vítimas da escravidão capitalista

Os recentes dados indicaram a precarização, terceirização e a brutal exploração do trabalhador agrário.

A produção em grande escala de commodities - soja, milho, etc. - e a mecanização tiveram como consequências o aumento da concentração da propriedade de terras, com elevada presença do capital estrangeiro, e a redução dos operários agrícolas. Segundo os dados, a população economicamente ativa no campo caiu de 18 milhões em 2004 para 13 milhões em 2013. O que quer dizer que 5 milhões de pessoas migraram para as cidades.

Dos 4 milhões de assalariados rurais, a maioria (59,4%) não tem carteira assinada. Aqueles que possuem carteira possuem contratos “permanentes”, enquanto aqueles sem carteira, são temporários (sazonais). A situação se agrava porque se tornou regra o agronegócio contratar trabalhadores através de terceiros para execução de determinadas etapas da produção. O que implica dispensá-los depois. A terceirização no campo se alastrou das grandes empresas agroindustriais para os pequenos e médios produtores.

Entre os trabalhadores com carteira, 26,7% recebem até um salário mínimo (R\$ 724,00). E os sem carteira, 72,3% ganham até um salário mínimo.

Com o aumento do uso de agrotóxicos (cerca de 6 mil casos por ano por intoxicação) e o excesso de esforço físico (salário proporcional a quantidade que produz) são as causas da elevação das taxas de acidentes e doenças do trabalho. Basta um exemplo: o volume de cana cortada por um trabalhador passou de 3 ou 4 para 10 ou 12 toneladas ao dia. Essa alta produtividade se dá às custas do esgotamento físico dos jovens trabalhadores e da degradação prematura de sua saúde. Está

ca Tecnometal ocorre em uma situação de crise econômica, que vai muito além dos negócios de um ou de outro capitalista. É necessário apoiar ativamente os operários da Tecnometal, difundir o método de ocupação de fábrica e exigir que os sindicatos e as centrais apoiem a luta dos metalúrgicos e a ampliem a partir das demais fábricas onde vêm ocorrendo demissões ou que haja ameaças.

aí por que não se emprega mais trabalhadores acima dos 39 anos de idade.

Esse relato mostra o avanço da precarização, da terceirização e da exploração do trabalho. Os operários rurais são vítimas da escravidão capitalista. A agricultura se modernizou em boa parte do país, mas os assalariados do campo não se libertaram da brutalidade do esforço físico. Eis por que suas vidas têm sido encurtadas pela violenta exploração. Os 4 milhões de assalariados constituem o proletariado agrícola, que juntamente com os da cidade, formam a classe operária, única classe instintivamente revolucionária. Que necessita, no entanto, de seu partido para transformar sua revolta instintiva em luta consciente pelo fim do sistema capitalista.

A luta do proletariado no campo, igual que nas cidades, começa pelas necessidades básicas e contra a terrível opressão patronal. Está colocada para os explorados do campo a defesa da redução da jornada de trabalho, do fim da terceirização, do salário mínimo vital e da melhoria das condições de trabalho. Há que combinar a luta do operário agrícola com a dos camponeses oprimidos, que mal conseguem sobreviver com sua produção familiar e que vivem sob a ameaça de expulsão de suas pequenas propriedades. É necessário, porém, elevar a compreensão dos operários e camponeses sobre a tarefa democrática de expropriar sem indenização os latifundiários e nacionalizar as terras. Esse objetivo exige a organização de comitês operários e comitês camponeses, que unidos constituem uma poderosa força contra o Estado burguês e, em particular, contra a burguesia agrária.

20 de novembro - “Dia da Consciência Negra”

Não faltam leis, nem campanhas governamentais objetivando acabar com o racismo. Se dependesse do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) e da criminalização do racismo, já não haveria a odiosa discriminação que marca as relações sociais desde a escravidão. É preciso também considerar que tem havido esforço institucional, no período dos governos petistas, de estabelecer determinadas condições de proteção a uma parcela da população negra. É o caso da lei de cotas raciais que faculta o acesso à educação e da legislação que tornou obrigatório a introdução do ensino de “História e Cultura Afro Brasileira” no currículo escolar.

Nota-se que na última década a questão racial se tornou um destacado tema político. Questão que foi abordada pela crítica cultural, pela ação judicial e por medidas de políticas “repa-

radoras”. De conjunto, a campanha pela igualdade e inclusão racial por meio de “ações afirmativas”, que expressa uma política de Estado, objetivou reduzir progressivamente a opressão sobre o negro.

Tudo indica que a ofensiva reformista em prol dos negros tenha sido a maior e mais vigorosa que o país já conheceu. Isso se explica pela necessidade do capitalismo de potenciar a classe média à qual ascendeu uma parcela da população negra. Havia de ampliar e consolidar esse acesso por meio de “ações afirmativas”.

Sobre essa base material, desenvolveu-se a crítica política e cultural ao racismo. Organizaram-se os movimentos em torno da implantação de uma política de Estado voltada à proteção da população negra, que na realidade não foi além de uma ca-

mada de classe média. A grande maioria não sentiu uma alteração substancial da discriminação. Pelo contrário, o agravamento da crise capitalista leva ao aumento de todas as formas de opressão, incluída a racial. O crescimento dos assassinatos de negros e pobres na periferia atesta isso.

Pode-se concluir que o resultado da enorme campanha nem de longe tocou nas raízes do racismo e não foi capaz de universalizar os efeitos das leis voltadas à “promoção da igualdade racial”.

Não por acaso, os reformistas querem que o novo governo de Dilma Rousseff avance em novas medidas e na aplicação das já estabelecidas. O fato é que pouca aplicabilidade tiveram as leis antirraciais.

A explicação de que aos poucos a “sociedade” vai assimilando as “ações afirmativas”, mudando a mentalidade racista e admitindo a “cidadania” como um valor universal não tem sustentação material. A opressão sobre o negro não se origina na pigmentação da pele. Não tem a ver com a diversidade natural.

É-nos bem conhecida a absurda tese de que a raça branca é superior às demais, sobretudo em relação à negra. Essa farsa ideológica, mascarada de científica, não teve sustentação. O que não quer dizer que tenha sido abolida na prática.

A burguesia é formada por uma minoria branca. O poder econômico lhe dá uma posição social de superioridade. Não precisa de uma teoria sobre a inferioridade dos negros. Os exploradores capitalistas chegaram à conclusão de que quanto mais se afastarem das raízes sociais do escravismo melhor será para sustentar a dominação burguesa. Para isso, têm seus “cientistas sociais” e toda sorte de reformistas.

Não é conveniente para os exploradores que se evidenciem as raízes econômicas e de classe do racismo e da discriminação. A crítica deve se ater à cultura, à mentalidade atrasada e às heranças de um passado que já não mais existe.

Por onde começar a luta contra a discriminação racial?

Sem dúvida, o ponto de partida está na exploração do trabalho. Os negros recebem menos que os trabalhadores brancos e ocupam as profissões fisicamente mais desgastantes e embrutecedoras. A maior taxa de desemprego se verifica entre a população negra. Mais de 50% dos brasileiros são negros. É nessa maioria que se concentram gigantescos bolsões de miséria e vasta pobreza. É claro que milhões de trabalhadores brancos não vivem em melhores condições.

Não há como combater o racismo, portanto, sem combater a exploração do trabalho. No entanto, os reformistas e burocratas sindicais que tanto discursam sobre as “ações afirmativas” se negam a organizar a luta partindo de reivindicações como a de trabalho igual, salário igual; salário mínimo vital de acordo com as necessidades da família operária; emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Combatem com as armas da democracia burguesa a necessidade da revolução proletária, da aliança operária

e camponesa e da estratégia da ditadura do proletariado. Desviam as reivindicações dos explorados, entre elas as do fim da discriminação racial, para o parlamento oligárquico e para as disputas eleitorais.

É preciso identificar claramente as causas e as consequências que colocam a maioria negra nas piores condições de existência.

Dada a brutal exploração e diferenciação racial, os negros arcam com a maior taxa de analfabetismo e com a baixa escolaridade. As prisões estão superlotadas de negros. São eles as grandes vítimas de assassinatos. Sua expectativa de vida é menor que a dos brancos. Mostra a estatística que a possibilidade de um jovem negro ser assassinado é 3,7 vezes maior do que o jovem branco. Essas consequências não podem ser tomadas isoladamente e desvinculadas das causas primárias. A burguesia, suas instituições e seus porta-vozes estão obrigados a divulgar essas medonhas estatísticas. Usam-nas para ocultar a exploração do trabalho e a opressão exercida pela minoria branca burguesa sobre a maioria nacional oprimida. Querem fazer crer que o país está vencendo o preconceito, adotando leis antirraciais e promovendo campanhas culturais de inclusão social. Aos exploradores não custa nada usar as cotas para “incluir” uma minoria às universidades, aos meios de comunicação, etc. Custaria muito se fossem obrigados a equiparar os salários dos negros aos dos brancos. Se tivessem de garantir emprego a todos e um salário mínimo vital. Desde que não se toque na exploração do trabalho e em seus lucros, a burguesia pode se dar ao luxo de parecer civilizada e magnânima. Mesmo assim não faltam vozes contrárias a qualquer pequena concessão à classe média negra.

O dia da “Consciência negra” é uma das concessões que não custam nada e que abrilhantam o país com a máscara da igualdade e da cidadania. Deve ser usado pela classe operária para defender o fim das discriminações que começam na compra da força de trabalho pelos capitalistas e sua utilização na produção social. Para isso, é necessário rechaçar o reformismo burguês e pequeno-burguês. Levantar a bandeira proletária de unidade de negros e brancos explorados. Denunciar o racismo e as discriminações como produtos da sociedade de classes. Lutar pelo fim do racismo, transformando o capitalismo em socialismo. A nova sociedade sem classes será uma sociedade sem nenhum tipo de opressão e de discriminação.

Pelo fim da discriminação salarial entre negros e brancos – trabalho igual, salário igual!

Erradicação da miséria – salário mínimo vital e escala móvel das horas de trabalho!

Fim das arbitrariedades policiais e judiciais contra os negros – desmantelamento da polícia e armamento popular!

Unir os trabalhadores negros e brancos como uma só força contra a exploração do trabalho!

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Balanço dos 41 dias de greve dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate as endemias de Fortaleza

Os Agentes de Combate às Endemias (ACE) e os Agentes Comunitário de Saúde (ACS) em Fortaleza fazem sua segunda greve neste ano. A primeira ficaram 21 dias paralisados e a segunda 41 dias. A segunda greve iniciou em 03/09 e foi suspensa por 30 dias na audiência de conciliação entre sindicato e justiça no dia 29/10 no TJCE. Teve adesão aproximada de 50% da categoria, superior a adesão da greve no início deste ano. As reivindicações como redução de horas de trabalho para 6hs, e implantação do PCCS em que foi engavetada pela prefeitura. A greve exigia o pagamento do piso salarial nacional de R\$ 1.014,00 aprovado em 17 de Junho deste ano.

O prefeito Roberto Cláudio (PROS/PC do B), temendo que a greve pudesse se fortalecer a decretou ilegal, com apenas 12 dias do movimento paredista, sob pena de multas diárias de 20 mil, caso o SINASCE (Sindicato dos Agentes Comunitário de saúde e Endemias no Estado do Ceará) não cumprisse a deliberação judicial. O RC fez de tudo para pôr fim à greve e queria que os agentes retornassem as suas atividades, criminalizando os grevistas ao entrar na justiça pedindo a ilegalidade da greve. Com isso, se utilizou o argumento de que a saúde é um serviço essencial e tem o parecer positivo da justiça burguesa em multar, cortar salários, etc.

A categoria mesmo após esse decreto continuou paralisada e fez uma manifestação na solenidade de reinauguração do posto de saúde Cesar Carl. Essa manifestação foi organizada pela Corrente Proletária na Saúde (POR) e independentes, onde cercamos o prefeito com palavras de ordem: exigindo o cumprimento da Lei do Piso. Essa ação direta dos agentes demonstrou avanço político, já que desde o início da greve o prefeito RC dizia que não negociaria com a categoria em greve. Após esse dia a prefeitura marcou três reuniões com o SINASCE (22/09, 30/09, 08/10) para discutir a aplicabilidade do piso.

Na reunião, os secretários do RC apresentaram um cenário para ser analisado. Esse cenário deixou claro qual o objetivo da prefeitura, enganar a categoria, pois em todas as audiências com o sindicato tem alegado não ter orçamento, não pode ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), utilizando de terrorismo psicológico para convencer os agentes de que aceitem a perda do incentivo a produtividade de campo (benefício conquistado em greves anteriores) para poder aplicar a lei do piso.

Em assembleia, o SINASCE (PT) apresentou duas propostas rebaixasadas: primeira escalona a recomposição da indenização de campo em 4 meses, nessa proposta, não inclui o retroativo do piso e ainda condiciona um direito com perdas no salário para o trabalhador. Pela segunda proposta, o trabalhador fica um mês sem receber o pagamento da indenização de campo. A Corrente Proletária na Saúde foi contra essa proposta e defendeu o pagamento do piso, com retroativo e sem retirar direitos. A assembleia referendou as propostas do sindicato.

A última audiência marcada para o dia 8/10 não aconteceu, já que a resposta de como seria aplicado o piso seria depois do dia 05/10. Demonstrou na prática que a intenção política da prefeitura era impedir manifestações públicas devido à conjuntura

política de campanha eleitoral. O SINASCE alimentava ilusões nessas audiências e evitava passeatas para não fechar o canal de negociação. Acontece que o prefeito (PROS) e SINASCE (PT) estavam juntos defendendo a candidatura de Camilo Santana (PT) para governador do Ceará. O POR atuou explicando a importância de se manifestar e de não acreditar nas promessas da prefeitura. Defendendo que a cada resposta negativa deveríamos responder com bloqueios de avenidas, uma pequena parte da categoria começava a despertar para a ação direta.

Organizou-se no dia 17 de Outubro manifestação de inauguração do posto do Mucuripe. Os agentes mais uma vez só que de forma mais ousada impediram a inauguração do posto de saúde no Mucuripe. Assim podemos presenciar não só a arrogância do ditador RC, como o cinismo do prefeito.

Novamente o prefeito reprimiu a categoria: na câmara municipal mandou a sua guarda municipal reprimir violentamente os grevistas com balas de borracha, gás de pimenta, gás lacrimogêneo. Vários agentes ficaram feridos. O SINASCE procurava a toda hora pôr um fim na greve, do mesmo jeito como fez no início do ano. Para a burocracia petista, só restava a via judicial: foi marcada no dia 20/10 a manifestação no Ministério público (MP), com intuito de intermediar uma negociação que agendou uma audiência para o dia 27/10.

O sindicato alimentava ilusões nos agentes de que a via na justiça burguesa seria a última esperança para a aplicabilidade do piso. Enquanto o movimento ia definhando, a prefeitura reprimia o movimento com o não pagamento dos salários, ameaçando demitir os grevistas, alegando estágio probatório. Para o SINASCE, só restava negociar como se daria o fim da greve e como reverter o corte dos salários. No dia 29/10, foi decidido em audiência de conciliação com o Tribunal de Justiça a suspensão da greve por 30 dias, retomada de audiência com a prefeitura (10/11 e dia 1/12) para discutir a aplicabilidade do piso e como devolver os salários dos grevistas. Entretanto, a prefeitura no dia 10/11, afirmando que só vai devolver 50% do dinheiro dos grevistas, no dia 20/11, e os outros 50% vai pagar de acordo com o pagamento dos dias parados de greve nos sábados.

Para a Corrente Proletária na Saúde, o movimento saiu derrotado porque não conseguiu sua reivindicação principal de imediato pagamento do piso. Não houve 100% de adesão da greve, o prefeito conseguiu impor o desconto dos salários e a reposição dos dias parados. Em nossa avaliação, uma parcela da categoria avançou nos métodos de luta, foi aguerrida e se manteve firme até o final. O grande obstáculo para que o movimento saísse vitorioso foi a direção do sindicato (PT) que não organizou e nem mobilizou. O POR atuou defendendo a permanência e a radicalização (piquetes nos postos, bloqueio de avenidas, etc.) da greve, defendeu o salário mínimo vital, voto nulo programático, a saúde pública única, unidade dos agentes com os demais servidores para construir uma greve geral no município e o fim do capitalismo e a construção do socialismo via pela revolução proletária.

Endividamento do RN e ataque ao funcionalismo

Passadas as eleições, o candidato eleito já assume que o estado está quebrado e destaca em especial a folha do funcionalismo público. A equipe de transição liderada pelo vice-governador Fábio Dantas (PCdoB) “encontrou” um déficit na folha de pagamento em torno de 1bilhão. De imediato como resposta, a equipe de transição já afirma que irá analisar os reajustes concedidos com previsão até 2015, mostrando que o peso da crise será consequentemente jogado contra o funcionalismo público.

A crise no estado do RN vem de muitos anos. O estado está falido diante do endividamento contraído pelos governos, dos empréstimos feitos ao Banco Mundial, pagamento e beneficiamento às empreiteiras e realização da Copa 2014. Desde setembro de 2013 que a folha de pagamento tem atraso. Uma parcela do funcionalismo não recebe seus salários em dia porque não há dinheiro. Essa característica não é única do estado do RN. As crises financeiras têm empurrado os governos a sustentar os capitalistas garantindo-lhes financiamento, desoneração da folha de pagamento, e subsídios de todas as formas. A Lei de Responsabilidade Fiscal é utilizada para manter o arrocho salarial e contenção de gastos com serviços públicos. Caso precise reduzir gastos no aparelho do Estado o primeiro setor é do funcionalismo público, o que abre processo para demissão e não concessão de reajustes.

O governo eleito de Robson de Faria (PSD) teve como um dos primeiros compromissos assumidos manter o pagamento aos capitalistas. No entanto, para o funcionalismo já pretende mostrar que diante da crise não terá como reajustar salários e irá buscar os sindicatos (a sua maioria de direção petista) para renegociar aumentos e benefícios já concedidos. O governo eleito, através de sua equipe de transição, pretende mostrar que um dos maiores problemas está no funcionalismo público.

Previdência estadual tem déficit afirma governo eleito

A crise no sistema de previdência estadual tem sido outro

problema apontado pelo governo. Há um déficit de mais de 68 milhões, que o governo terá dificuldade em cumprir o pagamento de todos os que se aposentarem.

O déficit na folha de pagamento do ano passado até agora aumentou 142%. Se comparado a 2011 esse percentual chega a 750%. O governo Rosalba/DEM já afirmava que para sair da crise deveria recorrer à previdência complementar, como tem feito o governo federal. São mecanismos de ataques aos servidores e implementação da previdência privada.

Ministério Público orienta demissão de servidores

Durante todo o governo de Rosalba/DEM o funcionalismo foi às ruas, fez greves e as reivindicações de todas as categorias coincidiam em alguns pontos como reajuste salarial, aumento do quadro de servidores e melhoria nas condições de trabalho. Frente à pressão, o governo, em algumas secretarias, chamou concursados. Muitos destes ainda estão em estágio probatório e o Ministério Público tem orientado ao governo demissão destes servidores sob a alegação de que o governo ultrapassou a LRF. Alguns servidores, a exemplo da educação, já receberam cartas intimidatórias de que serão demitidos por um erro do governo que contratou sem ter dinheiro. Até o momento a maioria dos sindicatos não têm se posicionado frente a tal ataque.

Como se vê, o próximo período será de agudização da crise. Os trabalhadores não podem dar nenhuma trégua ao próximo governo. A garantia de nossas conquistas e manutenção de nossos direitos deverão ser conquistados com a nossa luta. Exigir das direções sindicais a convocação imediata de assembleias para definirmos nossa pauta da campanha salarial, não baseando-se em orçamento do estado, mas na garantia de vida dos trabalhadores e defesa dos serviços públicos.

O POR destaca que essa luta tem que passar dos limites econômicos e envolver todos os que precisam dos serviços públicos, por isso é importante a constituição de comitês de luta para responder aos ataques dos governos.

Carta Aberta aos trabalhadores em educação e correntes de oposição organizadas na rede estadual de ensino

Construir uma chapa classista e unificada das oposições de luta para as eleições da APEOC!

Expulsar a burocracia traidora e governista do sindicato!

Professor, neste primeiro trimestre de 2015, está prevista a eleição para a nova diretoria do sindicato Apeoc. No momento em que ocorrem estas articulações, a educação pública arrasta-se numa crise interminável (violência escolar, sucateamento, baixos salários, aprendizado insignificante etc.) expressão da crise social engendrada pelo capitalismo. O regime do capital esgota-se e leva consigo todas as suas instituições. A escola não pode escapar dessa crise. Os governos burgueses, de todos os tipos e partidos, têm aplicado reformas que, sob a aparência de programas educacionais para melhoria do ensino, não fazem

mais do que passar por alto o problema central. Qual programa educacional, preparado nos gabinetes da SEDUC, levantou algum dia a questão da redução do número de alunos por sala? Qual projeto, aplicado pelo governo, a possibilita de redução da carga horária do professor? Qual deles prevê o emprego à juventude como forma de se contrapor à extrema violência hoje observada em toda parte? Os milhões de reais empregados nos mais inócuos programas (de avaliação educacional às capacitações profissionais) são o melhor exemplo de como a burguesia mostra-se incapaz de solucionar a crise do ensino.

Os Governos petistas Lula e Dilma, durante os seus três mandados, aprofundaram as diretrizes educacionais iniciada no governo FHC, ampliando a mercantilização e privatização da educação (ProUni, Reuni, Fies, EAD, etc). Além disso, incentivou por todos os meios, e nisso foi seguido pelos governos estaduais e municipais, a política de arrocho salarial sobre o magistério e demais trabalhadores em educação. Para materializar essas medidas no estado do Ceará, o governo Cid Gomes contou com o apoio incondicional da burocracia sindical da APEOC (Penha, Anízio e Cia).

O novo governo Camilo Santana/PT, não encontrará resistência da diretoria da APEOC, no momento de retirar direitos ou atacar conquistas do magistério. Os diretores do sindicato estão sempre prontos a negociar, de costas à categoria e sem a convocação de uma única assembléia sequer, desde que possam apresentar migalhas dadas pelo governo, como se fossem uma vitória. O governo avança no fechamento de escolas e salas de aula, principalmente no período noturno, municipaliza escolas, nomeia interventores e quer dificultar o pagamento da progressão horizontal por meio da avaliação de desempenho.

A atual gestão não encaminha as campanhas salariais por meio de assembleias, nos dá um evidente exemplo do que significa uma direção burocrática e sem compromisso efetivo com a luta. A diretoria da APEOC negou-se a convocar uma assembléia específica com a categoria para discutir os ataques do governo. E, logicamente, contrapõe-se à eleição de representantes da base para acompanhar a sua negociação com o governo. Em vez disso negocia migalhas que pioraram as condições de vida da categoria.

O balanço dessa gestão é suficiente para que se compreenda

a necessidade de uma nova direção de luta para o Sindicato:

- 1) Traiu a greve do magistério em 2011, e só encampava as lutas depois de muita pressão da base;
- 2) Não faz prestação de contas à categoria;
- 3) Manteve uma política governista, de colaboração com o governo do estado e prefeitura e recentemente apoiou abertamente a eleição de Camilo Santana;
- 4) Recentemente um de seus diretores entrou na justiça contra um professor da base por este fazer críticas via internet.

Por isso a **Corrente Proletária na Educação/POR** que sempre combateu a política da burocracia da Apeoc convoca os professores a se somarem à reunião marcada para o dia 15/11, às 9h na Escola Adauto Bezerra para discutir a intervenção na eleição que se aproxima, conclamamos a todos à formação de uma chapa classista, que se coloque no campo da oposição revolucionária aos governos Camilo Santana (Cid) e Dilma e esteja comprometida com a democracia sindical nas assembleias e com a ação direta de massas (greves, atos, manifestações) para derrotar os inimigos dos trabalhadores em educação.

- Por um Sindicato independente dos governos e patrões!
- Por um Sindicato comprometido com a democracia sindical! Que esteja sob controle da base e de suas instâncias (assembleias, congressos)!
- Por um Sindicato que defenda as reivindicações da categoria com os métodos da ação direta (greves, manifestações, bloqueios etc)!
- Por um sindicato que rompa com o corporativismo e defenda a unidade sindical e organizativa dos trabalhadores!
- Por um sindicato que empunha a bandeira da destruição do capitalismo e defesa do socialismo!

Eleição da direção da Amorcrusp

Nos dias 17 a 19 de novembro, ocorrerão as eleições para a direção da Associação de Moradores do Crusp (Amorcrusp). Apenas a chapa da situação, Acorda Crusp, se inscreveu. A Corrente Proletária Estudantil (POR) participou da gestão anterior e convocou a formação da nova chapa. A desmobilização do movimento estudantil da USP tem contaminado o Crusp e dificultado a organização dos moradores. A nova chapa expressa uma unidade do setor de vanguarda que participou ativamente da greve contra o congelamento salarial, apesar da política das direções, que levaram os estudantes a uma greve passiva de apoio e que não respondeu à crise da USP.

De onde veio a Acorda Crusp?

A gestão “Acorda Crusp” é resultado da combinação de dois elementos: 1) a reorganização da chapa “Retomada”, montada em 2012 e derrotada então pela unidade entre as chapas do estalinista PCR com a direita; e 2) o tremendo desgaste em 2013 da direção do PCR, assistencialista e subordinada politicamente à reitoria.

Apesar de expressar a continuidade da chapa “Retomada”, a “Acorda Crusp” rapidamente mostrou que a concordância da maioria dos seus integrantes com o programa era formal. Semanas após a posse da chapa, diante da crise da USP e da deflagração da greve salarial, a direção não conseguiu responder politicamente. Parte deles simplesmente abandonou a gestão. Outra parte serviu na assembleia de canal de expressão

das pressões políticas vindas do movimento estudantil geral da USP. A combinação desses elementos levou ao esvaziamento da direção, que se concentrou em poucos restantes e apoiadores. O problema não foi levado ao conjunto dos estudantes, que poderiam avaliar e tomar medidas para responder ao problema por meio da soberania das assembleias. O esvaziamento da gestão foi levado aos estudantes pela Corrente Proletária, mas faltou uma campanha para resolver o problema.

A gestão “Acorda Crusp”, apesar desses problemas, tornou-se uma referência no interior do movimento estudantil da USP, principalmente quando a direção do DCE decidiu abandonar as assembleias e comando. A direção da “Amorcrusp” foi indicada pelo comando para a mesa das assembleias, que passaram a ser democráticas e a discutir e votar todas as propostas, bem diferente do que acontece quando a direção do DCE procura manobrar e bloquear as propostas das quais discorda.

A quantidade de tarefas administrativas, porém, ocupou boa parte do tempo da gestão. O esvaziamento da universidade durante a greve agravou o problema, pois a quantidade de tarefas aumentou.

Construir uma direção sobre a base de um programa

A Corrente Proletária lutou para que se construísse uma nova direção para a “Amorcrusp”, a partir da convocação massiva de uma reunião que iniciasse esse processo. As discussões têm revelado, no entanto, que a política corporativa defendida

pelas direções durante a greve penetrou fundo no movimento estudantil. Há uma resistência em assumir a defesa de um programa que responda à crise da USP, na defesa da moradia e permanência como bandeiras do movimento estudantil de conjunto, se apoie nos princípios da defesa das reivindicações por meio da ação direta, na democracia estudantil, e tenha como estratégia a defesa do socialismo como produto da revolução proletária e condição para que tenhamos uma nova universidade, fruto da nova sociedade.

O futuro reserva um aprofundamento dos ataques às condições de estudo (e dentro delas a permanência) e trabalho. A não reposição de monitores na sala pró-aluno, o risco de terceirização da função de recepcionista dos blocos da moradia, a não instalação da internet e a redução do quadro de servidores da limpeza, são apenas sinais do que vem pela frente. A situação atual é a de absoluta intransigência da reitoria/governo. Arrancar cada reivindicação depende da força de mobilização massiva de rua, ou seja, de grande unidade ao redor das rei-

vindicações gerais e específicas, conjuntamente. *As questões específicas do CRUSP não poderão ser resolvidas à margem do movimento geral da universidade. Acaba sendo demagógico o discurso de que devemos nos ater aos problemas específicos primeiro, para depois pensarmos no âmbito geral.* Ou se responde à crise de conjunto, ou não se verá nenhuma das reivindicações atendidas.

O POR defende que para responder à crise da USP, que é usada como justificativa para todos os ataques aos que estudam e trabalham, estudantes, funcionários e professores devem *instaurar a assembleia geral universitária* para analisar as contas da USP e elaborar um orçamento que supra todas as necessidades da universidade. A burocracia nunca será capaz, pelo seu vínculo com o Estado burguês e interesses burocráticos próprios, de aplicar tal orçamento, daí *a defesa do governo dos três setores (tripartite), eleito por voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária.* Esse é o instrumento da real autonomia universitária frente ao governo e à burguesia.

Por que não se constituiu uma frente de oposição revolucionária para concorrer à direção do C.A. na Letras/USP

O CA da Letras da USP (Caell) está em processo de eleição para a nova direção. O MNN convocou reuniões abertas para a formação de chapa com a seguinte defesa: se opor à reitoria e combater o PT. O POR também convocou reuniões abertas e atendeu ao chamado pela frente, mas defendendo que a chapa deveria responder à crise orçamentária e apresentar um balanço crítico da direção do DCE, cuja política de greve de apoio e boicote ao longo de toda a greve foi responsável pela desmobilização estudantil e contribuiu para que o reitor se impusesse politicamente ao movimento. O MNN concordou verbalmente com os dois pontos, apresentando ressalvas quanto à forma e à importância dada à crítica ao DCE. Segundo o Movimento Negação da Negação, a crítica deveria ter pouco peso, uma vez que a prática do movimento o levaria a sentir o bloqueio da direção, não havendo necessidade de intervir no processo. O PSol e o PSTU, correntes da direção do DCE, formaram sua chapa. A LER-QI formou a dela. A Consulta Popular e independentes petistas, da atual gestão, lançaram sua reeleição. Ao final de três reuniões, o MNN se recusou a montar chapa, alegando que aumentaria ainda mais o número daquelas que concorreriam, avaliando isso como prejudicial ao movimento. Com apenas três chapas inscritas, foram cinco a menos que na eleição passada.

Para o MNN, o PT passou a ser o maior obstáculo do movimento estudantil, que precisa ser combatido, por meio da unidade entre todas as esquerdas, incluindo o PSol e PSTU. Na realidade, essa teoria é uma invenção do MNN. A traição do PT já está provada e registrada na história. A direção do movimento estudantil nacional (UNE) está com o PCdoB, este apoia o governo do PT. O MNN encobre os verdadeiros responsáveis pela direção do movimento na USP, que sistematicamente o conduz a derrota. O PT como o “maior problema do movimento estudantil” é um alibi do MNN. Desta forma, justifica-se a aliança ou o apoio ao PSol e PSTU e impede que transpareça

sua política, que teve a mesma estratégia da direção do DCE durante toda a recente greve de 118 dias: greve estudantil passiva de apoio à reivindicação salarial e recusa a responder à crise da USP de forma conjunta por meio da assembleia geral universitária.

Não por menos, se recusaram a apresentar um balanço crítico à direção do DCE, pois, se assim o fizessem, teriam de se autocriticar. Nos momentos decisivos do movimento, o MNN, assim como a LER-QI, se embocou com o PSol e o PSTU para defender a greve de apoio, se colocar contra a assembleia geral universitária, e defender o fim da greve. Sob total boicote da direção do DCE ao comando de mobilização estudantil após o fim da greve, o MNN e a LER-QI defenderam sua dissolução.

Ao longo dos 118 dias de greve, o MNN interveio, em todos os momentos de conflito aberto entre setores do movimento e a direção do DCE, defendendo a unidade política do movimento, o que na prática significava se submeter à política conciliadora e de boicote do PSol e PSTU. Agora, para as eleições ao Caell, o MNN apenas segue coerente com sua política, buscando unidade com os que nada fizeram diante do maior ataque privatista à universidade. Esse caminho conduzirá o MNN, inevitavelmente, a se colocar como uma força contrária ao movimento.

O motivo da recusa em constituir chapa com o POR não está na preocupação de ter muitas chapas concorrentes – até mesmo porque, se esse fosse o real motivo, seria infundado – a razão está no fato da política do POR, ao longo de toda a greve, ter se confrontado com as demais, porque colocamos desde o início que o movimento deveria responder à crise com unidade organizativa e com independência política, que se concretizaria na assembleia geral universitária. Que nenhuma luta limitada a uma reivindicação específica seria capaz de derrotar politicamente a reitoria e o governo, mas tão somente se vinculadas à defesa da universidade pública e contra o avanço

em seu desmonte.

Diante da greve corporativa, as direções são as responsáveis, pois contiveram o movimento no limite da reivindicação salarial. O reitor anunciou as medidas: arrocho salarial, corte de bolsas, congelamento na contratação etc., vinculando à crise orçamentária. O que fizeram as direções? Desvincularam. Conduziram as bases a se mobilizarem apenas pelas reivindicações específicas, sem combater as suas raízes. O corporativismo, o aparelhamento e a política pequeno-burguesa conduziram o movimento a se levantar pelo que seria “possível” de conquistar, pois, para os que estavam à frente da ADUSP, SINTUSP e DCE, travar uma luta contra o conjunto das medidas privatis-

tas implicava em maior risco de perda de controle enquanto direção.

Não se trata de fazer citação da greve, ou se apoderar dela de maneira oportunista, mas, diante da eleição de entidade, é essencial fazer um balanço das direções que nela atuaram. Não é uma questão de forma, tão pouco de esperar que espontaneamente os estudantes percebam o papel nefasto de uma direção conciliadora. O MNN se negou a constituir a chapa com o POR porque nega fazer crítica à direção do DCE, por que defende a unidade política com o PSol e o PSTU, o que nada tem a ver com a unidade na luta, que pressupõe a liberdade de crítica.

Ato político em defesa da Revolução Russa

No dia 2 de novembro, o POR realizou em São Paulo o ato político dos 97 anos da Revolução Russa. A mesa foi composta pelos redatores dos artigos que contribuíram para a publicação de um número especial do jornal Massas. Não pôde comparecer apenas o camarada do Ceará. Mas o ato contou com a presença de camaradas de Rondônia, da Bahia e do Paraná. Iniciou-se com uma apresentação geral sobre a importância histórica da Revolução Russa para a construção do POR no Brasil e para a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, da IV Internacional. Em seguida, tomaram a palavra os encarregados da exposição - “Preparação da revolução: o partido e as massas”; “A Revolução Russa de fevereiro a outubro”; “A III Internacional expressa o programa da Revolução Russa”; “O caráter contrarrevolucionário do estalinismo”; “A Revolução Traída”; “Perestroika e Glasnost: o estalinismo completa seu ciclo contrarrevolucionário restaurando o capitalismo”; “A Revolução Russa e as revoluções chinesa e cubana”; “O proletariado brasileiro e a Revolução Russa”.

Eis algumas das ideias centrais:

“A construção do partido marxista impõe aos seus quadros a assimilação mais completa possível das experiências da Revolução Russa. Exige que sejam divulgadas sistematicamente para a classe operária, de acordo com suas lutas e necessidades.” (...) “Com o processo de restauração capitalista e a desintegração da União Soviética potenciaram-se as posições revisionistas, democratizantes, oportunistas, na essência, antimarxistas.” (...) “A derrocada da União Soviética representa um grande retrocesso para a revolução mundial. Não foi uma derrota definitiva do comunismo. Não foi a demonstração da imortalidade do capitalismo, que não tem como superar seu esgotamento histórico.” O proletariado tem na Revolução Russa a teoria, os princípios e os fundamentos programáticos para se erguer e retomar a construção de seus partidos revolucionários.”

“A presença do partido revolucionário no seio do proletariado foi fundamental para o desfecho da Revolução de Outubro. A luta ideológica contra todas as correntes não-marxistas ou revisionistas do marxismo; a luta organizativa para forjar um partido de vanguarda, de quadros prontos a organizar e dirigir as massas para a tomada do poder; a luta programática para ajustar a tática à estratégia em cada situação da luta de classe – foram essenciais para o desenvolvimento do processo revolucionário, para a independência da classe operária e para a aliança operário e camponesa”.

“O primeiro passo do bolchevismo, em meio à grave crise de fevereiro, foi armar-se taticamente. Lênin cumpriu um papel insubstituível nesse processo. Travou uma dura batalha no interior do partido

que arrastou-se por um mês inteiro. Lançou suas Teses de Abril defendendo a preparação de uma nova etapa da revolução que levaria o proletariado ao poder apoiando-se numa guerra camponesa. As tarefas imediatas seriam: desmascarar o governo provisório de latifundiários e burgueses, laiaio do imperialismo franco-britânico; lutar contra mencheviques e socialistas revolucionários por meio da propaganda no interior dos soviets; defender as reivindicações de ruptura da coalizão dos socialistas com a burguesia; entregar as terras aos comitês de camponeses; estatizar todos os bancos; assegurar o direito à autodeterminação nacional para os povos oprimidos pela Rússia e alcançar a paz por meio da derrubada dos governos beligerantes, ou seja, transformar a guerra imperialista em guerra civil (derrotismo revolucionário). O partido agitou o lema de paz, pão e terra a serem conquistados com a passagem de todo o poder aos soviets”.

“A III Internacional constituiu o Partido Mundial da Revolução Socialista. As duas Internacionais anteriores não puderam chegar a tal nível de organização do movimento mundial do proletariado. As condições históricas do capitalismo em decomposição, em sua fase última imperialista, abriram o caminho para uma avançada centralização programática e organizativa dos explorados em sua luta de classes contra a burguesia”.

(...)

“Os Primeiros Quatro Congressos da Internacional Comunista representam a III Internacional, a partir daí Stálin e sua camarilha passaram a fazer uma revisão liquidacionista da III Internacional. Em 15 de maio de 1943, a burocracia estalinista decidiu pela “autodissolução da III Internacional”. Em 9 de junho de 1943, é lançado um comunicado que declara a sua dissolução. Stálin, Dimitrov, Manuiski e mais alguns burocratas liquidaram a III Internacional sem que houvesse qualquer resistência dos partidos comunistas. No entanto, os traidores da Revolução Russa não tiveram um só momento de sossego diante do combate diuturno da Oposição de Esquerda Russa e Internacional, liderada por Trotsky”.

“A vanguarda não deve perder de vista as razões que levaram à destruição das conquistas do proletariado. Está obrigada a compreender o processo de restauração capitalista e extrair as conclusões programáticas, necessárias para superar a crise de direção revolucionária. A luta ao estalinismo contrarrevolucionário mantém-se na ordem do dia. Não pode haver nenhuma dúvida de que a luta de classes, contra a burguesia em qualquer país, põe à luz do dia todas as forças históricas e em seu interior o estalinismo. O objetivo estratégico é o de construir os partidos revolucionários, marxista-leninista-trotskistas como parte da reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É por essa via que daremos continuidade

a obra da Oposição de Esquerda Russa e Internacional, liderada por Trotsky e impulsionada pela vanguarda mais avançada de seu tempo que, convictos da vitória final do comunismo, não cederam a toda sorte de perseguição desencadeada pelo aparato burocrático dos partidos comunistas e não vacilaram um só instante diante da tarefa de defender a Revolução Russa contra a ofensiva do imperialismo”.

“Em A Revolução Traída, Trotsky argumenta que o processo de burocratização e degeneração do Estado soviético, do PCUS e da própria III Internacional fazia com a burocracia estalinista se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento do movimento socialista internacional. Constituiu-se em um sério risco à existência das conquistas da Revolução de Outubro de 1917: “a contrarrevolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos operários; os operários, dirigindo-se para o socialismo, deverão derrubar a burocracia. A questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas na arena nacional e internacional”. Durante muitos anos, a Oposição de Esquerda Russa e Internacional atuou no sentido de reformar o Estado operário e livrar os partidos comunistas e a III Internacional da burocracia estalinista, reconduzindo as organizações do proletariado e o Estado soviético ao caminho da revolução socialista internacional. Não só os partidos comunistas se tornaram irreformáveis e a burocracia estalinista contrarrevolucionária, como também a III Internacional. Aplicando a linha da direção do PCUS, levou o proletariado a diversas derrotas, entre as quais, uma das mais importantes, a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e a destruição das organizações operárias”.

“A Perestroika e a Glasnot não são criaturas de Gorbachev, mas parte do processo histórico de decomposição burguesa do estalinismo como agente da contrarrevolução. Com base nesse processo, Trotsky analisou as perspectivas para a URSS partindo das relações entre as classes e os estados nacionais e das contradições entre as forças produtivas com as fronteiras nacionais. Essas relações, assinalou, levariam a uma contradição insolúvel: ou as fronteiras nacionais capitalistas cairiam como expressão do desenvolvimento internacional da revolução proletária, ou então os países que percorriam o caminho da transição ao socialismo cairiam frente à restauração capitalista. Tratava-se de uma posição defendida pelo bolchevismo e pela III Internacional Comunista sob a direção de Lenin e Trotsky. Estes partiam do princípio marxista de que a revolução que começou dentro das fronteiras de um país devia necessariamente projetar-se internacionalmente condicionada pelo caráter mundial das forças produtivas e pelas relações de produção determinadas pela divisão social do trabalho. E tendo em

conta o antagonismo violento entre o Estado operário e o capitalismo mundial, assinalaram que, se a revolução proletária mundial demorasse a chegar em auxílio da revolução russa, esta inevitavelmente cairia. Enquanto esse processo se desenvolvia, defenderam a existência e fortalecimento da URSS por tratar-se de uma fortaleza desde a qual apoiar a revolução mundial”.

“As revoluções chinesa e cubana confirmam a teoria marxista da revolução permanente, segundo a qual, na época imperialista nos países atrasados, a solução das tarefas democráticas pendentes só pode ser resolvida pela ditadura do proletariado. Tanto na China ou em Cuba, a derrubada dos governos levou à destruição do Estado burguês, a constituição do Estado operário e a ditadura de classe do proletariado. O isolamento da China e Cuba, como ocorreu com os demais países em que a revolução estabeleceu um período de transição do capitalismo para o socialismo, infelizmente, pela negativa, expôs o outro aspecto da teoria da revolução permanente, o socialismo não pode realizar-se nos quadros nacionais.

As burocracias chinesa e castrista continuaram, depois da tomada do poder, subordinando os estados operários aos seus mesquinhos interesses nacionais. Isolaram a revolução da luta de classes mundial. E, finalmente, deram lugar aos processos de restauração capitalista. Destas lições se devem extrair as conclusões programáticas do internacionalismo proletário”

“As notícias sobre a Revolução Russa só puderam alcançar a classe operária brasileira porque houve a combinação de dois acontecimentos decisivos: o avanço da luta grevista e o trabalho ousado dos grupos anarquistas em favor da solidariedade internacionalista. Coube às correntes “libertárias” (como eram denominados os anarquistas) um papel fundamental no nascedouro do proletariado brasileiro, que é o de soldar a luta sindical com as lutas políticas que se desenvolviam na Europa nas duas primeiras décadas do século XX. Os chamados “socialistas”, que conviviam no mesmo período, eram socialdemocratas imbuídos da política reformista. Os equívocos dos agrupamentos anarquistas, no entanto, vieram à tona com a penetração do marxismo científico, materializado na vitória da Revolução Russa, dirigida pelo partido bolchevique”

Após as exposições, cuja essência sintetizamos acima, abriu-se para os pronunciamentos dos presentes. Vários militantes tomaram a palavra e desenvolveram aspectos programáticos e táticos que estiveram presentes na Revolução Russa. O ato político concluiu com os presentes de pé e punhos cerrados saudando os 97 anos da Revolução Russa com um VIVA!.

Adquira com o distribuidor deste jornal

Combater o genocídio do povo palestino com o internacionalismo proletário



2014

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

50 anos da ditadura militar 1964-2014

A revolução proletária acabará com a ditadura de classe da burguesia

Construir o Partido Operário Revolucionário



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Viva a Revolução Russa de 1917!



A Revolução Russa, as teses de “A Revolução Traída” e o prognóstico histórico de Trotsky

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

O Novo Curso



com o Prólogo da edição grega (1933) **León Trotsky (1913)**

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

25 anos da queda do Muro de Berlim

O governo alemão comemorou com pompa os 25 anos da queda do Muro de Berlim. A imprensa mundial destacou os festejos como a vitória do capitalismo sobre o comunismo. De fato, a reunificação da Alemanha pôs fim ao processo de transição do capitalismo para o socialismo na parte Oriental. Não foi, porém, um acontecimento isolado. Fez parte do movimento geral de retorno ao capitalismo no Leste Europeu e que culminou com a derrocada da União Soviética em 1991.

A burguesia imperialista, auxiliada pela burocracia estalinista, ou o que dela restou, depois de anos de Guerra Fria, impôs o curso final da restauração. A propriedade social - a partir da qual se iniciaram na Rússia as transformações socialistas - passou a ser reconvertida em propriedade privada dos meios de produção. O Estado operário degenerado pela burocracia estalinista voltou à condição de Estado capitalista. Os primeiros passos dados no sentido de extinguir as classes sociais, portanto, a exploração do homem pelo homem, foram interrompidos. A burocracia venal e apodrecida acabou servindo de instrumento para reestruturar poderosos grupos econômicos que trabalham por reconstituir a burguesia desmoronada pelas revoluções.

A Rússia capitalista se reintegrou à economia mundial na condição de pária. Os países do Leste e dos Balcãs simplesmente foram anexados pelo grande capital europeu.

A China se arrasta por trás das potências, apesar de sua fulgurante ascensão econômica. A Alemanha se potenciou com a reunificação e passou a impor as diretrizes econômicas à Europa Ocidental mergulhada na crise estrutural do capitalismo internacional. No momento, depara-se com o esgotamento da Unificação Europeia e começa o seu declínio.

A restauração tem servido de válvula de escape para o capitalismo da fase imperialista, de estagnação e de desintegração. No entanto, já não tem grande serventia ao ponto em que chegou. As potências, com os Estados Unidos à frente, precisam que a Rússia e a China se curvem definitivamente, como fizeram o bloco do Leste Europeu, os países dos Balcãs e a Alemanha Oriental. Devem se contentar em ocupar um lugar entre as semicolônias ditas emergentes, como Brasil, Índia, etc.

É necessário lembrar que a Alemanha nazista provocou uma hecatombe mundial, em razão das disputas pelos mercados, do controle sobre as colônias e semicolônias, enfim, da necessidade de nova partilha do mundo. Tratou-se da guerra interimperialista. Angela Merkel em seu discurso sobre a paz, liberdade e democracia não faz senão ocultar que seu país protagonizou duas guerras mundiais, movidas por interesses capitalistas e não pelo comunismo.

Hitler foi derrotado na denominada Batalha de Stalingrado, em 1943, a partir da qual o exército alemão começou a se

desmoronar. Milhões de russos tombaram em combate ao nazismo. Dois anos depois, o Exército Vermelho ocupava a Alemanha, pondo fim à II Guerra Mundial. Sem dúvida, a URSS foi decisiva para a vitória dos aliados imperialistas, chefiados pelos Estados Unidos da América. Em Yalta e Postdam, os governos capitalistas e o governo da União Soviética decidiram pela divisão da Alemanha. O imperialismo teve também de aturar as revoluções nos Leste Europeu e Balcãs.

O avanço das expropriações e da edificação das relações de produção baseadas na propriedade social abriu uma fenda ainda maior do que a cavada pela Revolução Russa. A fundação da República Democrática Alemã (RDA) em 1949 na parte Oriental de Berlim foi um inesperado resultado da guerra e indesejado pelo imperialismo. Os Estados Unidos se impuseram na Alemanha Ocidental e promoveram sua entrada na Otan, em 1955.

O imperialismo soldou uma férrea unidade para reerguer as forças produtivas maciçamente destruídas (Plano Marshall). Armou-se da Guerra Fria. A burocracia estalinista, pelo contrário, não pode impor a sólida unidade, apesar de criar um bloco (Pacto de Varsóvia). A reconstrução capitalista do pós-guerra não tardou em projetar os Estados Unidos como potência hegemônica, capaz de impor um cerco de aço à União Soviética e a seu bloco. Esse foi o caminho para potenciar as forças da contrarrevolução imersas no

seio dos países que romperam os elos da corrente capitalista.

O Muro de Berlim somente foi construído em 1961, portanto 12 anos depois da criação da RDA, fruto da Guerra Fria. Evidentemente, tratava-se de uma medida autoritária, típica

da burocracia estalinista, sem base de sustentação econômica e social. Para os marxistas, estava claro que o muro não bloquearia as forças produtivas. Estando essas sob a iniciativa da burguesia imperialista, o capitalismo o poria abaixo, era questão de tempo.

A queda do Muro tão somente simboliza o processo de restauração capitalista. Passados 25 anos de sua derrubada (de 9 de novembro 1989), a Alemanha de arrasada na 2ª Guerra passou a hegemônica na Europa. No próximo período, porém, será sacudida pela crise estrutural. O proletariado alemão terá de reagir aos ataques que em breve serão desfechados, o que já está ocorrendo em vários países do continente. A derrota da classe operária mundial que não teve como reagir à restauração capitalista não é definitiva. Não minimizamos o gigantesco retrocesso. A crise mundial aberta em 2008 abriu uma nova etapa da luta de classes, que se converterá em ponto de partida da retomada do combate contra a exploração capitalista e pela elevação da consciência socialista. Sem dúvida, as tradições revolucionárias da Europa colocarão a luta de classes em um patamar elevado em comparação com o restante do mundo.



Muro em construção, em 1961,
e sendo demolido, em 1989



Nesta edição:

- Tendências da crise na União Europeia
- Evo quer unir a velha e a nova direita sob o indevidamente chamado Movimento ao Socialismo, para poder golpear as massas
- Argentina: Avança no Congresso a Lei da entrega do petróleo
- Venezuela: Avança a desagregação do chavismo
- Governo mexicano é o responsável pelos assassinatos

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Tendências da crise na União Europeia

As previsões de uma virada econômica na União Europeia (UE) não se confirmaram. O prognóstico colocado pelo comissário de Assuntos Econômicos para Europa de que *“a estabilidade regressou à zona do euro em particular, e à União Europeia em geral”*, e que, portanto, o *“grande desafio é revitalizar a economia”*, comprovou-se falso. A UE estagnou-se e as tendências recessivas se generalizaram. Previa-se que a UE cresceria 1,2%, mas caiu para 0,8% e enfrenta a ameaça de uma deflação. Tendência essa que tem se fortalecido em face da depreciação do euro e dos indicadores de contração econômica da Alemanha (cresceu 1,3%, enquanto se previa que seria de 1,8%), da estagnação da França (0,3%) e da recessão na Itália, onde os indicadores de pobreza passaram de 2,4 milhões de pessoas a 4,8 milhões.

A permanência da crise foi expressa também no volume das “dívidas soberanas”: na Espanha é de 91%; França, 92%; Bélgica, 101,5%; Portugal, 129%; Itália, 132,6%; Grécia, 175%. Esses indicadores demonstram que as alavancas de macroeconomia (câmbio, subsídios aos capitalistas, isenções fiscais, compra de bônus estatais, etc.) têm somente favorecido o parasitismo dos monopólios sobre os tesouros nacionais; porém não serviram para iniciar um novo ciclo de crescimento econômico baseado na ampliação das forças produtivas internas e na expansão dos mercados.

Por outro lado, a possibilidade da ampliação do consumo interno colide com a desvalorização do euro, que solapa o poder aquisitivo dos salários reais. Fundamentalmente, a crescente taxa de desemprego tem se estabilizado num patamar muito elevado: na França é de 10,2%; na Polônia, 11,5%; na Itália, 12%; em Portugal, 13%; na Espanha, 23,6% e na Grécia, 26,4%. Têm crescido, como consequência disso, a procura por subsídios sociais e seguros de desemprego, por sua vez, aumentam os déficits fiscais e orçamentários dos Estados. Calcula-se, além disso, que a crise ucraniana levará a perdas bilionárias (400 bilhões de euros), atingindo principalmente os monopólios alemães.

Simon Tilford, vice-diretor do *Centro pela Reforma Europeia*, sediado em Londres, afirmou que a UE é o elo mais fraco da economia mundial. Alemanha, França e Itália constituem dois terços do PIB continental. Porém, enfrentam a contração (Alemanha) ou a recessão (França e Itália). E as forças produtivas dos demais membros do bloco compõem extremamente raquíticas para equacionar a queda nas potências. Isso explica, em parte, porque as medidas de ajuste não conseguiram equacionar os desequilíbrios econômicos. Nas palavras de Tilford: *“Não há investimentos estatais... Não há investimento privados... Não há motores para retomar o crescimento”*. Em outras palavras: não há outra via para a sobrevivência do parasitismo capitalista na Europa senão a brutal redução do custo da força de trabalho (dos sa-

lários) e um violento aumento da exploração do trabalho.

Finalmente, a mudança para uma situação de recessão, deflação, desemprego e perdas salariais abalou as relações entre as classes; mas também as relações entre as frações burguesas diante das políticas econômicas para Europa. É nesse cenário que começaram a despontar as lutas contra os ajustes por toda Europa. O cenário traçado para a UE é de profundas convulsões sociais e políticas.

Aprofundam-se as divergências entre as diversas frações monopolistas europeias

Após as eleições para o Parlamento europeu, as divergências sobre a política econômica para Europa têm se aprofundado. O que se refletiu nas oscilações das lideranças europeias, que não acham uma base comum para sair do impasse. Já foram realizadas três reuniões no ano, mas sem resultados à vista. Alemanha lidera um “bloco” (junto à Holanda, Áustria, Finlândia, Espanha, etc.), exigindo um maior ajuste dos desequilíbrios fiscais e econômicos dos países membros. A França e a Itália, por sua vez, encabeçam outro “bloco” (Grécia e Portugal), pretendendo ampliar o intervencionismo estatal nas economias nacionais, para “estimulá-las”. A posse do novo chefe da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, da Bélgica, indicado por Merkel, representou uma vitória política da Alemanha. Na nova estrutura de poder, a Alemanha detém 45 das mais importantes chefias na Comissão Europeia. O peso dos agentes políticos da burguesia alemã reflete, no campo da superestrutura política europeia, o peso econômico decisivo dos monopólios alemães na elaboração e aplicação das medidas econômicas para a UE. O que recrudescer as disputas inter-burguesas. Porém, a França e a Itália se disciplinaram. Anunciaram novos ajustes para cumprir a meta da UE de manter os déficits anuais abaixo dos 3% do PIB. A França cortará mais 3,6 bilhões de euros, a Itália, 4,5 bilhões. Por outro lado, Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu, assinalou que a saída para a crise está na *“compra de bônus estatais dos bancos privados”* para *“inundá-los”* com *“capital adicional”* e, assim, *“impulsionar o crédito”*. Isto é, em reproduzir os mecanismos do parasitismo financeiro e garantir os lucros monopolistas pela via do saque dos recursos dos Estados. Mecanismos esses que refletem os interesses da oligarquia financeira alemã, cujos capitais se ramificaram por toda a Europa e contam em bilhões as medidas de “saneamento” financeiro.

Enquanto a França e a Itália recuaram, a Inglaterra ensaiou uma ameaça de ruptura do bloco. O sinal foi dado pelo primeiro-ministro David Cameron, que diz que não irá pagar o tributo adicional de 2,1 bilhões de euros exigidos pela UE, para o orçamento comunitário. Afastado da última Conferência dos 28 países membros, em

Bruxelas, Cameron afirmou que *“temos um papel de destaque e ninguém se junta a uma associação que subitamente apresenta uma fatura de 2 bilhões de euros, três semanas antes da data de pagamento. Não é um comportamento aceitável.”* Isso enquanto a França diminui sua cota em um bilhão de euros e a Alemanha contribuirá somente com só 779 milhões.

Porém, uma ruptura com a UE levaria a perdas bilionárias e a instabilidade geral do comércio intereuropeu, o que não faria mais do que aprofundar a crise na própria Inglaterra, ainda que setores da burguesia inglesa e francesa coloquem essa via como a solução para o impasse. O crescimento dos “nacionalistas” (Ukip, na Inglaterra; a Frente Nacional, na França) é um reflexo dos impasses. É por essa via que vem se processando os choques entre as frações burguesas europeias. O fundamental da situação está em que uma ruptura seria a última medida para desprender os países da crise mais geral. Por enquanto, a manobra da Inglaterra se presta como meio de pressão para limitar as manobras alemãs.

Por cima dessas disputas, atua o imperialismo norte-americano, subordinando as diversas frações em choque. Reflexo disso é o alinhamento da Alemanha à política de sanções contra a Rússia, um dos principais mercados das exportações alemãs. Outro foi a nomeação Emmanuel Macron (defensor das medidas de ajuste) para o ministério de Economia da França, que substituiu o ex-ministro de Hollande (defensor do intervencionismo na economia).

De conjunto, para fração mais poderosa da burguesia imperialista, a saída do impasse passa pela destruição mais ampla das forças produtivas, pela nova concentração e centralização de capitais e por um violento ataque às condições de vida das massas. O intervencionismo bélico no Oriente Médio, a anexação da Ucrânia ao mercado comum europeu, os ataques aos direitos e conquistas sociais, a nova política migratória, etc., visam a impor essa via. No entanto, ela também abre caminho a convulsões políticas e a luta de classes, que já começou a vigorar.

A nova etapa da luta de classes e a tarefa colocada para os revolucionários

Observa-se que se vem gestando uma tendência grevista por toda a Europa.

Na Alemanha, desde abril, eclodiram inúmeras greves em defesa dos salários, do emprego e contra os ajustes. Entre abril e setembro, ocorreram duas das maiores greves de pilotos da história contra a Lufthansa, uma das maiores companhias aéreas do mundo. Os grevistas atingiram 90% da categoria. Exigiam aumento salarial de 10% e resistiam à meta do monopólio de eliminar o plano de aposentadorias dos pilotos e copilotos. Em setembro, deflagrou-se uma greve dos trabalhadores de Amazon contra a precarização e pelo enquadramento da categoria nos convênios de comércio. Em setembro, uma greve unitária de motoristas dos transportes públicos, professores e garis exigiu reajustes de salário e se colocou pela defesa das conquistas trabalhistas. Dias atrás, deflagrou-se a mais longa greve dos ferroviários contra o monopólio Deutsche Bahn. Trata-se da segunda greve em menos de dois meses, afetando mais de 5 milhões de passageiros, paralisando grande parte da indústria e do comércio. O sindicato dos maquinistas GDL exige aumentos salariais na ordem de 5% e uma redução da jornada semanal de 39 para 37 horas, como condição para assinar um acordo.

Na França, em setembro, estourou um movimento grevista dos pilotos da Air France, passando por cima da decisão da direção de negociar previamente. A greve se prolongou por oito dias e derrubou o plano dos capitalistas de fechar e depois terceirizar um filial da empresa, Transavia, conquistando assim a manutenção de milhares

de empregos. Em novembro, eclodiu um movimento de 35 mil agricultores contra as perdas ocasionadas pelas sanções contra a Rússia e contra as importações. Montaram piquetes e incendiaram prédios públicos. Sob a convocatória da Federação Nacional dos Sindicatos dos Agricultores (Fnsea) e da União de Jovens Agricultores (JA) contou com o apoio da Confederação Camponesa, conseguindo finalmente a revogação de impostos e subsídios de 3,4 bilhões de euros.

Na Inglaterra, em outubro, ocorreram massivas manifestações contra os ajustes. Assalariados do setor público e privado uniram-se contra a “política de austeridade” do governo. 90 mil manifestantes se mobilizaram somente em Londres. Mas, foram centenas de milhares por todo o país. Os grevistas exigiram reajustes salariais, que estão congelados há quatro anos. E a necessidade de impor um piso salarial nacional. Dias antes, tinha acontecido a primeira greve geral da saúde em mais de 30 anos.



Na Bélgica, estourou uma das maiores mobilizações dos últimos anos da Europa. Mais de cem mil manifestantes entre operários, assalariados dos serviços e dos transportes, comerciantes, estudantes, militantes de partidos e correntes de esquerda, etc., se mobilizaram contra os ajustes planejados pelo governo. Confrontaram-se a polícia. A mobilização antecede em alguns dias a convocatória de uma greve geral dos maiores sindicatos e centrais sindicais do país, que está marcada para 15 de dezembro.

No Leste Europeu, também têm se aprofundado os choques das massas contra os governos que promovem os ajustes. Na Hungria, milhares se pronunciaram contra uma nova taxa de utilização da internet, proposta pelo governo. Na Bósnia e Herzegovina, em agosto-setembro, desencadeou-se uma revolta popular contra o governo, o desemprego e os ataques aos salários. Um reflexo dos protestos que começaram contra o fechamento de fábricas privatizadas, no período entre 2000 e 2008. A situação tem se agravado com o aprofundamento das tendências recessivas. Dezenas de fábricas químicas, metal-mecânicas, de mobiliário, etc. foram desmanteladas onde foi um grande centro fabril da ex República Socialista da Iugoslávia, saqueadas pela oligarquia restauracionista e o imperialismo. Na Croácia, em fevereiro, aconteceram manifestações e greves de ferroviários, motoristas, professores, estudantes, etc. contra os ajustes e a precarização trabalhista. Recentemente, deflagrou-se uma greve geral dos trabalhadores técnicos e profissionais da companhia Croatia Airlines. Levantaram-se contra o plano da empresa de demissões de 20% dos empregados e um rebaixamento salarial de até 40%.

O fundamental da situação está em que as mobilizações destacam-se por movimentar a dezenas de milhares de operários, campo-

neses, assalariados, etc., que se colocam em choque contra os governos e seus planos de ataques às condições de vida e trabalho. É certo que seu desenvolvimento está determinado pelas diferentes tradições e pelos diversos graus de desenvolvimento político das massas em cada país. Ainda a classe operária fabril, em sua maioria, não saiu às ruas com suas próprias reivindicações. Lembremos que somente na França, entre 2008 e 2010, se mobilizaram dezenas de milhares de operários. O que indica que o maior número de setores do proletariado fabril não demorará a se manifestar.

A primeira condição para vencer a resistência de uma ditadura burguesa que age por cima das fronteiras nacionais é estabelecer uma

Frente Única dos explorados e oprimidos por toda Europa. Essa é a dinâmica interna das lutas, que começando pelas reivindicações econômicas terão de se projetar à luta política contra o regime capitalista em desagregação. É nesse processo que as massas poderão retomar suas tradições revolucionárias e encarnar as bandeiras que de fato as colocam em choque contra o capitalismo. O fundamental dessa situação está, no entanto, em que os explorados não contam com uma direção revolucionária capaz de traduzir suas reivindicações elementares em programa político pela destruição do capitalismo. A tarefa principal da etapa está, portanto, em organizar o partido marxista-leninista-trotskista no seio das massas como parte da reconstrução da IV Internacional.

Bolívia: Solidariedade ao camarada Ariel Román

Reproduzimos alguns trechos da carta do camarada Ariel Román, de 10 de novembro de 2014, sobre a tentativa da Justiça de tomar sua filha adotiva. Denuncia os métodos covardes do governo e da justiça para perseguir os revolucionários. Diz:

“O governo quer nos prender, recorrendo aos métodos mais baixos e imorais. O camarada Ariel Roman tomou a decisão de se declarar em greve de fome para que o entreguem a Ata de Medida de Proteção”, de outubro de 2012, emitida pelo então chefe da Defensoria da Criança, na qual nos entregou a menor em adoção. Ata que atualmente, por pressão do governo, as autoridades da Defensoria da Criança esconderam ou se negam a entregar”.

“Para esconder seus erros e como represália política, burocratas prepotentes invadiram nosso domicílio, pretendendo levar nossa filha no molde das ditaduras (fascistas e estalinistas)”.

“Lembramos aos funcionários do governo que fomos nós quem, desde o início, recorremos às instâncias legalmente estabelecidas e estivemos dispostos a nos submeter à “Lei” e à “Justiça”, acreditando ilusoriamente que não se atreveriam a misturar seus ódios políticos com a vida de um bebê que nada tem a ver. No entanto, nos deparamos com a injustiça, o abuso e a manipulação institucionalizada, nos deparamos com a perseguição e a discriminação política”.

“A Defensoria se nega a nos entregar a Ata de Medida de Prote-

ção, como era sua obrigação, e como sempre neste país as leis somente servem aos donos do poder, só me resta defender a minha filha com a única coisa que tenho: minha vida, meus princípios, minha integridade e minha luta. Declaro-me em greve de fome para que a Defensoria me entregue a Ata. Que cumpra seu dever e deixe de usar nosso bebê como instrumento de perseguição política”.

O POR/Brasil se solidariza com a luta do camarada e enviou uma carta, que transcrevemos abaixo:

Ao POR boliviano,

Tomamos conhecimento da greve de fome de Ariel Román. Solidarizamos-nos inteiramente com sua causa. A tentativa da Justiça burguesa de tirar-lhe a filha adotada apenas por supostas razões legais, quando a criança recebe os cuidados de verdadeiros pais, demonstra os absurdos da sociedade de classes. Temos a certeza de que por trás dessa ação da Justiça está a política. Ariel é um reconhecido militante do POR boliviano. Bastaria isto para se saber que a filha adotiva está em mãos de pais de alta moral revolucionária. No entanto, a Justiça atua no sentido contrário, pondo em risco o desenvolvimento da criança.

Saudações do Partido Operário Revolucionário

Atilio de Castro

Evo quer unir a velha e a nova direita sob o indevidamente chamado Movimento ao Socialismo, para poder golpear as massas

Sua intenção não é somente permanecer no poder por meio de eleições infinitas, o objetivo é o de reunir todo apoio político para descarregar o peso da crescente crise econômica sobre as costas das massas bolivianas e proteger os lucros de seus “sócios” multinacionais.

Evo, o vende-pátria, juntamente com o indevidamente chamado Movimento ao Socialismo (MAS), para chegar ao palácio, uniu seus interesses aos da burguesia entreguista boliviana de latifundiários e empresários ratazanas, mantendo o país sob o domínio das multinacionais, do imperialismo. Dessa forma, selou seu destino convertendo-se na nova direita, em mais um partido da burguesia. Agora, diante da queda dos preços das matérias-primas e da ausência de novas indústrias, produto de sua política entreguista e antinacional, precisa empunhar um porrete para golpear as massas bolivianas. O governo pluri-multinacional exigirá que os mais pobres ajustem os cintos para que os “gringos” continuem mantendo seus lucros. Por

isso, Evo chama a união da nova e velha direita dentro do “processo de mudança”. Necessita da união da burguesia para enfrentar o povo faminto. Acabou a farsa, Evo está diante da luta de classes: os poderosos milionários contra os oprimidos. As massas exploradas deverão se unir sob o programa proletário, encarnado pelo trabalho do revolucionário dos trotskistas. A crise econômica caminha lentamente. Antes que o desastre ocorra, devemos preparar a luta.

Nosso Caminho é o da Revolução Social O de Evo é o do garrote e da repressão

Somente os entreguistas apoiam o “processo de mudança”

Revolução Social é expropriação de todas as grandes e médias propriedades de produção (minas, hidrocarbonetos, latifúndios, fábricas, bancos, etc.), as multinacionais (imperialismo) e a burguesia vende-pátria boliviana (empresários,

banqueiros e latifundiários), sem indenização. Estatizá-los para planificar a economia, dando trabalho, previdência social, saúde e educação a todos, sob o controle de operários e camponeses.

Liberdade para os suboficiais, presos no Estado Maior. Os soldados e policiais têm o direito de se sindicalizar!

9 de novembro de 1946 aprovaram-se as Teses de Pulacayo, no Primeiro Congresso Extraordinário da FSTMB

As Teses de Pulacayo, o programa sindical chamado de

Tese Central da FSTMB, se assenta nos princípios da política revolucionária do proletariado e na sua finalidade estratégica.

Em Pulacayo, foi assinalada a necessidade histórica de que a classe operária, convertida em dirigente da nação oprimida, conquiste o poder e instaure sua ditadura. Ditadura contra os opressores e ampla democracia para as massas exploradas: os operários, os camponeses, as classes médias empobrecidas das cidades.

Com o Partido Operário Revolucionário ao socialismo!

(Extraído do Jornal Massas, nº 2379,

órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Chile

Publicamos abaixo o editorial do Jornal Luta Operária, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile

O governo de Bachelet termina o mês de setembro com uma queda em sua popularidade e com aumento da rejeição à coalizão que ela representa, a “Nova Maioria”. Nos primeiros dias do mês, o IMACEC (Índice Mensal de Atividade Econômica) subiu somente 0,9%, em julho, coincidente com a apreciação da maioria dos especialistas que acreditam que a economia crescerá menos de 2% este ano. A economia acumula uma alta de 4,5% nos últimos doze meses e durante o ano 76% dos produtos, principalmente os de primeira necessidade, tiveram altas significativas, que deterioraram brutalmente os salários e a renda dos aposentados, estas variam segundo o mentiroso IPC, uma vez que nunca corresponde à realidade, o que implica também uma permanente deterioração na qualidade de vida de grandes setores da população, agudizando a pobreza e a miséria. Situação que vem atingido a pequena burguesia, que depende dos cartões de crédito, já que as empresas que vendem a prazo estão restringindo os créditos, porque suas vendas têm tido baixas, o que obriga os empresários a selecionar seus clientes e eliminar os que causam algum tipo de risco.

Esse governo se caracteriza por ser burguês e pró-imperialista. Limita-se a ser um administrador, submisso e servil, dos bens do capital financeiro imperialista e do grande capital nacional. O país faz parte do mercado internacional. É produtor de matérias-primas. Característica esta inerente aos países de capitalismo atrasado e semicoloniais. Está obrigado a entregar seus recursos minerais e naturais para a exploração pelas metrópoles. E submeter a maioria oprimida à exploração sem limites. Os mais pobres e miseráveis têm de suportar uma situação degradante, vivendo em ambientes altamente contaminados, chamados “zonas de sacrifício”. A barbárie social avançará ainda mais sob o governo de Bachelet. A submissão do Chile ao imperialismo está levando o país a retroceder à condição de colônia. Nestas últimas décadas, nos marcos institucionais se evidenciou a impossibilidade de realizar qualquer reforma que atinja os interesses do capital multinacional.

Na 69ª Assembleia das Nações Unidas, Bachelet se reuniu

com 40 representantes de empresas multinacionais, de forma reservada, sem a imprensa, nem testemunhos. Para estes, as promessas são cumpridas. Aquelas da campanha eleitoral, não as cumpre, sem nenhum remorso. O mesmo espetáculo se montou em Chile Day. Encontro que foi realizado em Londres, nos dias 13 e 14 de outubro, organizado por InBest, que foi criado em 2009 como organismo empresarial, auspiciado pelo Ministro da Fazenda, convertido na unidade privada estatal, cuja finalidade é buscar novos investimentos estrangeiros e garantir a estes que seus valores serão respaldados e protegidos pelo Estado Nacional. A informação é de neste Chile Day participaram 550 empresários da grande burguesia internacional. Assistiram os ministros da Fazenda e da economia, diretores, Banco Central, SII, empresários, inclusive o questionado holding PENTA, Confederação da Produção e Comércio, senadores e deputados, tais como Patricio Melero (UDI), Camila Vallejos (Partido Comunista). Trata-se da unidade empresarial de “servidores públicos”, isto é, a unidade de empresários e políticos (de todas as tendências). Acrescido daqueles que se autodenominam independentes, como os iluminados que postularam e se postularam salvar o país.

Poderíamos esperar alguma mudança em benefício dos oprimidos da oligarquia financeira multinacional?

Certamente que não! A desconfiança dos miseráveis, da classe operária, dos trabalhadores da saúde e da educação, dos estudantes, dos aposentados e povos nativos, como demonstrou a pesquisa, devemos transformá-la em organização independente do Estado burguês. Lutamos para que a classe operária e os oprimidos constituam organismos independentes e que unifiquem as lutas em defesa das reivindicações salariais, da saúde, educação, moradia e do trabalho digno, para que definitivamente por meio da revolução proletária acabemos com as injustiças, a prepotência e a submissão.

(Extraído do Jornal Luta Operária, nº 11, órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile)

Argentina: **Avança no Congresso a Lei da entrega do petróleo**

**Cristina Kirchner percorre o mesmo caminho de Arturo Frondizi há 65 anos
Somente a classe operária com sua política e com seus métodos pode deter a entrega**

Vaca Morta em alguns anos permitirá à Argentina recuperar o auto abastecimento, deixar de importar combustíveis e gerar excedentes para exportar. A presença das multinacionais na região indica a importância da jazida e que o seu objetivo não se limita a abastecer o mercado interno argentino, mas também exportar.

A Lei dos Hidrocarbonetos assegura uma continuidade na política iniciada com a tomada do controle acionário da YPF para avançar rapidamente o acordo com a Chevron. A colonização de Vaca Morta é sinônimo de maior interferência do imperialismo na economia nacional, que se expressará consequentemente no plano político. O caminho que percorre o governo é no sentido contrário ao da luta pela soberania e independência nacional. É o caminho que já recorreu com as multinacionais da mineração.

O discurso oficial apresenta a entrega do petróleo às avessas, como se fosse a conquista do auto abastecimento, que assegurará o desenvolvimento industrial, permitirá poupar divisas e gerar novos investimentos e empregos. Apresenta-o como uma grande bandeira nacional, como o fez Frondizi, em 1958.

O auto abastecimento é colocado como um objetivo em si mesmo. O governo não discutiu com os argentinos, apenas negociou com as multinacionais as condições para que se apropriem de nossos recursos, estabelecendo uma lei de forma a deixar o caminho livre. Não discutiu qual é o projeto de industrialização do país, para que se necessita de tanto petróleo, não se discutiu como desenvolver outras fontes de energia e como baixar drasticamente o uso de energia fóssil. O governo, além disso, afirma que não conta com os recursos para investir o necessário para impulsionar a produção de petróleo e gás. Teve os recursos em suas mãos e os gastou mal, os dilapidou. Esse não era o problema. É uma desculpa para justificar a entrega total ao imperialismo.

As multinacionais não vêm à Argentina resolver o problema do auto abastecimento, vem para apoderar-se dos recursos e obter enormes lucros. Em poucos anos recuperam os investimentos e, depois, têm décadas para explorar os poços, segundo suas decisões. Não querem nem saber de nossas necessidades, da preservação do meio ambiente, do cuidado com as regiões habitadas por comunidades nativas, da água, etc. A maioria dessas empresas são conhecidas: são as responsáveis de ter feito cair a produção na última década. Objetivamente, parece uma manobra premeditada para levar o governo à exploração não convencional, impondo a técnica do fracking (fratura hidráulica). As empresas que têm áreas concedidas de petróleo convencional terão direito à exploração do não convencional que possa existir em suas áreas e as licenças serão eternas. As multinacionais impuseram todas as condições.

O governo de Kirchner passará para a história por ter “apagado o fogo” da revolta popular de 2001. Como “pagador sério” da dívida externa fraudulenta - nenhum governo pagou mais do que este em toda a história. E como aquele que entregou a mineração e o petróleo.

A burguesia de conjunto, suas câmaras empresariais e seus partidos políticos estão totalmente de acordo com as decisões estratégicas que adotou o governo. As discussões são menores e expressam as disputas miseráveis por associar-se com as petroleiras estrangeiras ou para cobrar-lhes algum imposto adicional, ou expressam o interesse de algumas petroleiras que queriam conseguir mais privilégio no negócio. Que não nos enganem, em nenhuma dessas posições existe

algum vestígio de defesa do interesse nacional. Os votos contra no Congresso por parte dos deputados dos partidos opositores são compreensíveis, uma vez que bastava o voto do kirchnerismo e seus aliados para que fosse aprovada a Lei. Se deles dependia a aprovação da lei, a teriam votado com as duas mãos. Se fossem consequentes com as denúncias sobre os acordos secretos com a Chevron, deveriam reclamar a anulação da Lei e dos convênios, nada disso ocorreu.

Os oprimidos não devem contar com esses enormes recursos, será uma enorme desgraça se isso ocorrer, já que são administrados pelos governos burgueses que os entregaram. Quanto mais riquezas e recursos dispõem, maior perigo existe de que os esbanjem, que continuem enriquecendo uma minoria e que os canalizem para o exterior. Assim ocorreu e ocorre com a enorme capacidade de produção agropecuária. Bilhões de dólares que geraram nos últimos anos foram para o pagamento da dívida externa fraudulenta e o restante sugaram, reduzindo as reservas ao mínimo.

Como derrotaremos a política entreguista?

Não será com o voto de deputados e senadores, que revalidaram todas as políticas antinacionais, transformando-as em Lei. São 20 anos das leis de reformas do Estado e da Reforma da Constituição. Instrumentos legais essenciais para dismantlar empresas e bens da Nação em favor de um punhado de grandes capitalistas locais e estrangeiros. O Congresso deve ser denunciado por sua responsabilidade e não se deve alimentar nenhuma ilusão de que nessa instituição poderá adotar uma política de defesa do interesse nacional. O escandaloso convênio entre a Chevron e a YPF foi uma amostra de como votam os legisladores (em Neuquén naquela oportunidade) e garantem a repressão às manifestações contrárias.

O caminho é o da classe operária, com sua política e seus métodos. A única classe que se enfrenta com as petroleiras, que os fazem sentir quem é a classe que produz, que tem em suas mãos a extração de uma imensa massa de riqueza e que lhes faz cair a produção e perder bilhões de dólares, é a classe operária. Coloca de joelhos as empresas e o governo para que lhes reintegrem todos os descontos de imposto aos lucros. Os faz tremer cada vez que ameaça parar. Aí está o poder para enfrentar as multinacionais. Eles têm de discutir e com eles temos de discutir como recuperar todas as riquezas e expulsar as multinacionais. Como recuperamos da exploração até a distribuição e venda de toda a cadeia de gás e de petróleo. Tem na direção de seus sindicatos elementos patronais, amigos das multinacionais, que foram sócios da privatização da YPF. Esses também têm de ser expulsos para recuperar todas as organizações dos trabalhadores.

A grosseira condenação dos petroleiros de Las Heras promovida pelo governo nacional e o envio da polícia foi uma mensagem para as petroleiras no sentido de que os governos estão dispostos a defendê-las com políticas. E também uma mensagem para os operários e os povos nativos: terão de organizar-se e preparar-se para uma batalha muito dura em defesa dos interesses nacionais. As multinacionais, governos, justiça, parlamentares e burocratas estão dispostos a defender seus privilégios. A classe operária deve desenvolver sua tática de frente única anti-imperialista para ganhar a classe média para sua política, a única consequentemente anti-imperialista.

(Extraído do Jornal Massas, nº 295,
órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Venezuela: **Avança a desagregação do chavismo**

No Massas 481 (julho/agosto), na matéria *“O chavismo se desintegra”*, afirmamos que o impasse do chavismo levou a *“eclosão de forças centrípetas dentro do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV)”*. Os críticos da incapacidade do governo Maduro de sair do impasse criado pela crise, entre eles o ex vice-presidente de Planificação de Chávez (Jorge Giodarini), o ministro das Finanças (Rafael Isea), o ex-deputado (Freddy Bernal) e o ex-primeiro Ministro (Héctor Navarro), foram destituídos de seus cargos. O processo de luta intestina reflete a decomposição da sua base social. Porém, esse processo agora ameaça as principais forças e bases de apoio nos bairros populares: os denominados *“Coletivos”*. Tratam-se das milícias pró-chavistas, que foram armadas como *“braço armado da revolução”*, como dizia Hugo Chávez.

A imprensa burguesa celebra a desagregação chavista. Um exemplo é o da Folha de São Paulo, que publicou no dia 9 de novembro um artigo (*“Venezuela fecha cerco a grupos armados que serviram ao governo chavista”*, de Samy Adghimi) sobre a repressão do governo aos *“Coletivos”*. Nele, trata-se de justificar o desarmamento das massas e debilitar o chavismo radical, visando ao fortalecimento da reação burguesa. Para os marxistas, no entanto, trata-se de encontrar o fenômeno social que está por trás da desintegração do chavismo, alertar as massas sobre as consequências desse processo e ajudá-las a superar o impotente nacionalismo pequeno-burguês com a ajuda do programa marxista. Objetivando organizar a classe operária e oprimidos sob a estratégia revolucionária.

Lembremos que os *“Coletivos”* constituíram um aliado fundamental de Hugo Chávez. Jogaram um papel de destaque contra a tentativa de golpe em 2002, mobilizando os bairros e as barricadas armadas para a defesa. Chávez não confiava na coesão e unidade das forças militares. Porém, com a mudança da situação econômica e a desagregação do chavismo, passaram a ser violentamente atacados pelas forças repressivas. No mês de outubro, foram mortos cinco *“milicianos”* do *“Coletivo”* 5 de Março, dentre eles o seu líder José Odreman, com 32 disparos. Trata-se de uma das lideranças mais relevantes e importantes dos mais de 80 *“Coletivos”*, que atuam em toda a capital, Caracas. Em novembro, sob as palavras de ordem *“não somos terroristas, somos socialistas”* e *“estamos cansados de servir de idiotas úteis do governo”*, dezenas de *“Coletivos”* se mobilizaram na capital. Exigiram a demissão do ministro do Interior, Justiça e Paz, Miguel Rodríguez Torres, que está subordinado a Cabello. Inclusive chegaram a ameaçar: *“da próxima vez não só não atacaremos os manifestantes, como nos uniremos a eles”*. Lembremos que foram os *“Coletivos”* a principal força de choque contra as mobilizações da pequena burguesia e da burguesia que exigiam a renúncia de Maduro e ocuparam as ruas da Capital e de outros estados em 2013. Finalmente, Maduro cumpriu com as exigências. Porém, os *“Coletivos”* exigem agora a renúncia de Cabello da chefia do legislativo e das Forças Armadas Bolivarianas (FAB).

Certamente, os choques e os assassinatos expressam uma mudança nas relações internas entre as diversas frações chavistas. Os *“braços armados da revolução”* cumpriram até então o papel de instrumentos de controle social nos bairros e de repressão política. Porém, ao se subordinar ao controle do aparelho do Estado, começaram a reproduzir as disputas internas ao poder político chavista. A estatização e burocratização desses organismos, que foram criados nos anos de 1960, como organismos de autodefesa das massas, desenvolveram deformações típicas dos braços armados de frações burocráticas que controlam os cofres estatais e exercem um poder independente das massas. Isso explica por que tais organismos que surgiram da iniciativa das massas, ao não contarem como uma direção revolucionária, passaram a refletir as disputas das camarilhas que compõem o chavismo.

Enquanto as condições econômicas permitiam, os *“Coletivos”* foram disciplinados, ora pela convicção ideológica, ora pelo dinheiro do

Estado. Porém, o armamento dos *“Coletivos”* e a autonomia política que alcançada lhes serviram para ampliar o controle territorial nos bairros populares. De certa forma, exerciam o papel de polícia, mas também canalizavam eleitoralmente as massas mais miseráveis que sentiram alguma melhoria em suas condições de vida sob o chavismo. Ciente do perigo dessa *“autonomia”* e do *“poder de fogo”* das milícias, algumas das frações do chavismo acenaram uma *“caça às bruxas”*. O objetivo de desbaratar os *“Coletivos”* foi reforçado pela justificativa destes terem se transformados em *“empresas”*, que se embrenharam no delito. Por isso, foi possível para a polícia, que matou os cinco militantes, dizer que se tratou somente das consequências da repressão aos grupos *“infratores”*. Porém, a grande maioria dos *“Coletivos”* têm se dedicado ao trabalho social e ao assistencialismo nos bairros.

Segundo a polícia, o *“Coletivo 5 de Março”* dedicava-se a uma ampla *“atividade criminosa”*: sequestros, furtos e até assassinatos. Segundo os familiares dos assassinados, Odreman dedicava-se às atividades sociais e à *“proteção”* da população contra criminosos que, como explicaram, têm laços estreitos com as forças policiais que protegem suas atividades em troca de pagamentos mensais. Destacou o fato de que o governo arcou com os custos do enterro de Odreman, que mantinha relações com parte da cúpula governista; mas estava em choque com a ala burocrático-militar vinculada a Diosdado Cabello. Para uma parte dos *“Coletivos”*, a chacina foi uma *“limpeza”* dos grupos chavistas que contestam os interesses da fração de Cabello.

Outro elemento do agravamento dos choques entre a cúpula chavista e os *“Coletivos”* foi recente lei de controle de armas - a chamada de *Lei de Desarmamento*. Lei essa que visa a regulamentar o porte de armas. Isto é, a desarmar as milícias. A lei já produziu divisões entre os grupos milicianos. Alguns se desarmaram e se focalizaram no trabalho social. Outros resistem a se desarmar (dentre eles, está o grupo *“5 de Março”*), porque receiam quanto às reais intenções do governo. De fato, o desarmamento objetiva debilitar a capacidade armada das massas caso se necessite de dar um golpe de mão, para radicalizar a virada direitista do chavismo. Está aí por que a burguesia aprova e impulsiona essa via, que é a de fortalecimento das FAB, como garantia do regime capitalista e da propriedade privada.

O problema está em que as milícias, ao se subordinarem ao nacionalismo burguês, corromperam seu caráter original de auto-organização de massa para sua defesa diante dos crimes e ataques desfechados pela ditadura capitalista. Sem contar com uma direção revolucionária, evoluíram para grupos milicianos estatizados e centralizados pelo aparelho do Estado. Daí que as mobilizações dos *“Coletivos”* comparecem, de fato, como instrumento da luta intestina entre duas frações da burocracia chavista. O desarmamento serve aos interesses do imperialismo e da reação interna.

Trata-se de rejeitar a Lei de Desarmamento e defender o direito político das massas em constituir suas autodefesas armadas. Para o POR, trata-se fundamentalmente da defesa da experiência histórica dos explorados e demais oprimidos venezuelanos. Porém, também se trata da luta pela renovação de seus quadros e militantes que devem ser submetidos à eletividade e revogabilidade dos mandatos diante das assembleias e das diversas organizações de massa. Quer dizer, se colocar sob a direção dos organismos criados pelas massas em sua luta contra a opressão de classe e nacional.

A tarefa mais importante se encontra na luta pela independência política dos explorados diante do nacionalismo burguês e da reação pró-imperialista. Tarefa essa que será cumprida ao mesmo tempo que se forje uma vanguarda educada pelo marxismo, organizada e coesa pelo programa da revolução e ditadura proletárias. Em outras palavras: só pode se recuperar a experiência que as massas vão criando na sua luta contra a exploração capitalista e incorporá-las ao programa revolucionário do proletariado se se forjar no seio delas um partido marxista-leninista-trotskista.

Declaração do Partido Operário Revolucionário**Governo mexicano é o responsável pelos assassinatos e desaparecimentos dos estudantes
Constituir um Tribunal Popular que investigue, julgue e puna os assassinos**

Os assassinatos dos jovens estudantes de Iguala desencadearam manifestações em todo o México. Passaram-se 45 dias e o ódio da população aos assassinos e aos governantes tem crescido.

Cinquenta pessoas foram presas, dentre elas 22 policiais, o prefeito e sua mulher. O governador do estado de Guerrero renunciou. Três narcotraficantes confessaram os assassinatos dos 43 estudantes desaparecidos e delataram como mandantes o prefeito e sua mulher. Os manifestantes, no entanto, não aceitaram esse resultado. Acusam o presidente da República Enrique Peña Nieto de promover a barbárie e exigem o aparecimento dos estudantes com vida.

A mobilização se dirigiu ao Palácio do governo, sob os gritos de “acerto de contas com Enrique Peña” e “eles foram levados vivos, que voltem vivos”. Como o presidente não deu as caras, os manifestantes tentaram ocupar o Palácio. Somente a violenta repressão impossibilitou a ocupação. Agora, os manifestantes ocuparam o Aeroporto Internacional Juan Álvarez, fechando-o por três horas.

É assombroso o destemor com que autoridades e policiais, mancomunados com os narcotraficantes, decidem matar uma quantidade tão grande de jovens de uma só vez. O México está profundamente carcomido pelo narcotráfico – um negócio que expressa a decomposição do capitalismo. A mortandade se tornou uma marca nacional do País. Por trás do rio de sangue, estão o Estado, os governos, os aparatos militar e judicial e a burguesia narcotraficante. Por cima, está o imperialismo norte-americano.

A decisão do prefeito José Luis Abarca de matar os estudantes da Escola Normal de Ayotzinapa foi política. Os jovens estavam a caminho de uma manifestação contra o prefeito de Iguala, reconhecidamente vinculado ao narcotráfico. A forma como o ônibus em que os estudantes viajavam foi emboscado, metralhado e o sequestro seguido dos desaparecimentos indicam o método de ação da polícia narcotraficante. Estado e crime organizado se interpenetram. O que quer dizer que a fração burguesa narcotraficante se tornou um poder institucionalizado, embora não reconhecido como tal.

O maior mercado consumidor de drogas se encontra ao lado do México, os Estados Unidos. Produção mexicana e consumo norte-americano formam uma poderosa unidade econômica. Está aí por que a tendência é de fortalecimento. Os interesses capitalistas se encontram penetrados e condicionados pelos negócios do narcotráfico. A violência reacionária, assim, resulta da confluência das ações do Estado e dos carteis. Não há como desmontar essa relação econômico-social a não ser pela revolução proletária. Ou seja, pela derrubada da burguesia e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Não haverá reformas capitalistas que retirem o México desse profundo precipício. É disso que se trata o bárbaro assassinato dos jovens estudantes.

A burguesia mexicana, adestrada pelo imperialismo norte-americano, procurará cercar a tragédia de Iguala com algumas prisões e discursos sobre os direitos humanos. Tudo deve parecer como um lamentável fato isolado no estado de Guerrero. O horror estatístico sobre as valas comuns repletas de cadáveres e os milhares de desaparecidos, que são feridas abertas em todo território mexicano, minimiza as mortes dos estudantes de Iguala. O que seriam algumas dezenas

de assassinatos diante de milhares que se acumulam ano após ano?

A barbárie é apresentada pela burguesia como um acontecimento excepcional e pontual. Mas não há como ocultar que se trata de uma manifestação estrutural do capitalismo em decomposição.

As mobilizações têm sido suficientes para denunciar a responsabilidade dos governantes, mas não para estremecê-los e derrocá-los. Somente a classe operária pode golpear a burguesia narcotraficante mexicana e o imperialismo. O problema está em que se encontra adormecida. O brutal controle da burocracia sindical a impede de tomar a frente do movimento que se desencadeou desde Iguala. A ausência do partido revolucionário pesa decisivamente, uma vez que os explorados não contam com o programa e a estratégia da revolução proletária. É o que tranquiliza a burguesia e permite ao presidente Peña Nieto dormir sem sobressaltos.

As condições econômicas do México tendem a se agravar com a crise mundial do capitalismo. A classe operária terá de romper as amarras da burocracia sindical e da política burguesa. A resposta dada pela juventude e por uma parcela dos explorados aos assassinatos dos estudantes, sem dúvida, está atraindo a atenção do proletariado, que não tardará em incorporá-la em sua luta.

Os estudantes de Honduras deram o exemplo de solidariedade internacional aos oprimidos mexicanos mobilizando-se e exigindo punição aos assassinos. O Partido Operário Revolucionário também faz a campanha internacionalista. Levanta a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para investigar, julgar e punir a burguesia narcotraficante e seus governos. Defende que a UNE, ANEL, DCEs e CAs convoquem manifestações de apoio à luta dos estudantes mexicanos. Que as Centrais sindicais exijam do governo mexicano o aparecimento com vida dos 43 estudantes. Que as correntes de esquerda organizem manifestações de frente única.

A melhor forma de apoiar os oprimidos mexicanos contra a violência reacionária da burguesia é organizar em nosso próprio país a resistência, pondo em pé os comitês de luta contra a repressão, organizando a mobilização pelo fim dos processos, condenações e prisões de lutadores. Também temos em nosso país inúmeros assassinatos de sem-terra e índios. Nossa juventude padece da cotidiana violência policial. As chacinhas marcam a vida social dos bairros pobres e das favelas. O aparato policial brasileiro é pródigo em matanças.

Os explorados devem ter claro que a barbárie social é consequência do sistema capitalista de exploração do trabalho e de dominação burguesa. Será extinto com o fim do capitalismo e construção da sociedade socialista. Para isso, é necessário organizar as forças da classe operária, camponesa e da juventude no campo da independência política e dirigi-las à revolução social.

O internacionalismo proletário começa ser praticado em nosso próprio país, organizando os explorados contra a miséria, a fome e toda sorte de opressão. Por essa via, os explorados brasileiros se colocarão no mesmo terreno dos explorados mexicanos e do mundo inteiro.

**“Eles foram levados vivos, que voltem vivos”!
Por um Tribunal Popular que puna os assassinos!**